



## SENADO FEDERAL

### ATA DA 12.ª SESSÃO EM 7 DE NOVEMBRO DE 1969

#### 3.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

José Guimard — Oscar Passos — Flávio Brito — Edmundo Levi — Milton Trindade — Lobão da Silveira — Clodomir Millet — Sebastião Archer — Petrónio Portella — Sigefredo Pacheco — Menezes Pimentel — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Dinarte Mariz — Manoel Villaça — Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo — Domício Gondim — Pessoa de Queiroz — José Ermírio — Arnon de Mello — Leandro Maciel — José Leite — Aloysio de Carvalho — Antônio Balbino — Josaphat Marinho — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Tôrres — Vasconcelos Tôrres — Aurélio Vianna — Gilberto Marinho — Milton Campos — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — José Feliciano — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Bezerra Neto — Ney Braga — Mello Braga — Antônio Carlos — Attilio Fontana — Daniel Krieger — Mem de Sá.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é, sem debate, aprovada.

O Sr. 1.º-Secretário lê o seguinte

#### EXPEDIENTE MENSAGEM

Do Sr. Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado o nome do General-de-Exército Jurandyr de Bizarria Mamede, para o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, nos seguintes termos:

#### MENSAGEM

N.º 6, DE 1969

(N.º 28/69, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos dos artigos 42, item III, e 128, da Constituição, tenho a honra de submeter à consideração do egrégio Senado Federal o nome do General-de-Exército Jurandyr de Bizarria Mamede, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro General-de-Exército Ernesto Geisel.

Os méritos do General-de-Exército Jurandyr de Bizarria Mamede, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, se evidenciam pela leitura do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, em 7 de novembro de 1969.  
— Emílio G. Médici.

#### "CURRICULUM VITAE"

General-de-Exército Jurandyr de Bizarria Mamede

Nascimento: Salvador, Estado da Bahia, em 27-9-1906.

Filiação: Eduardo Borges Mamede e Celuta Bizarria Mamede

#### CARREIRA:

Praça 28-3-1923  
Aspirante-a-Oficial 7-1-1927  
Segundo-Tenente 14-7-1927  
Primeiro-Tenente 18-7-1929  
Capitão 11-11-1932 — Merecimento  
Major 25-12-1941 — Merecimento  
Tenente-Coronel 25-12-1944 — Merecimento  
Coronel 25-3-1951 — Merecimento  
General-de-Brigada 25-7-1960  
General-de-Divisão 25-7-1964  
General-de-Exército 25-11-1966

#### CURSOS:

Infantaria, pelo regulamento de 1924  
Aperfeiçoamento, da Escola das Armas  
Escola de Estado-Maior  
Superior de Guerra, da Escola Superior de Guerra  
Escola Superior de Guerra, da França

#### OPERAÇÕES DE GUERRA:

Campanha da Força Expedicionária Brasileira: de 22 de setembro de 1944 a 8 de maio de 1945

#### COMANDOS, CHEFIAS E COMISSÕES:

Comandante de Brigada Militar do Estado de Pernambuco  
Instrutor-Adjunto da Escola de Estado-Maior  
Estagiário, no Curso de Estado-Maior do Exército Norte-americano  
Oficial de Operações do 11.º Regimento de Infantaria na Campanha da Itália

# EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA

SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA

Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO

Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEÔMENIS BOTELHO

Chefe da Seção de Revisão

### DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

### ASSINATURAS

#### Assinatura Via Superfície

Semestre ..... NCr\$ 20,00

Ano ..... NCr\$ 40,00

Número avulso ..... NCr\$ 0,20

#### Assinatura Via Aérea

Semestre ..... NCr\$ 40,00

Ano ..... NCr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de NCr\$ 0,02

Tiragem: 30.000 exemplares

Instrutor-Chefe do Curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Chefe da Seção de Blindados, da Diretoria das Armas

Estagiário da Escola Superior de Guerra do Exército Francês

Assistente do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra

Chefe da Divisão Executiva do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra

Chefe da 6.ª Circunscrição de Recrutamento

Chefe de Grupo Combinado do Núcleo de Comando da Zona de Defesa Sul, do Estado-Maior das Forças Armadas

Comandante da 4.ª Divisão de Cavalaria

Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Comandante do Comando Militar da Amazônia e 8.ª Região Militar

Comandante da 1.ª Divisão de Infantaria

Comandante do II Exército

Chefe do Departamento de Produção e Obras

#### CONDECORAÇÕES:

##### Nacionais:

Medalha Cruz de Combate de 2.ª Classe

Medalha de Campanha

Grande Oficial, da Ordem do Mérito Aeronáutico

Grão-Cruz da Ordem do Mérito Militar

Medalha Militar de Prata

Medalha de Guerra

Medalha do Pacificador

Medalha Marechal Hermes, Aplicação e Estudos de Prata com 1 Coroa

##### Estrangeiras:

Cruz de Guerra com Palma, da França

Estréla de Bronze, dos EE.UU.  
Grande Oficial da Ordem de Aviz (Portugal)

Oficial da Legião de Honra (França)

(A Comissão de Constituição e Justiça.)

#### PARECERES

##### PARECER

N.º 32, DE 1969

da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 33, de 1964 (Projeto de Lei n.º 2.378-C/60, na Câmara), que dispõe sobre a atualização das multas previstas nos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho

O Projeto de Lei da Câmara n.º 33, de 1964 (n.º 2.378-C, de 1960, na Casa de origem) determina a atualização das multas previstas no Código de Processo Civil (Decreto-Lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939) e Códigos

go de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 3.693, de 3 de outubro de 1941), tomando-se por base a importância do salário-mínimo mensal vigente, quando de sua publicação, no Distrito Federal. Assim, as multas de valor inferior a cem cruzeiros (cruzeiros velhos) seriam fixadas em importância correspondente a um quarto do salário-mínimo; as de valor superior a cem cruzeiros, em importância correspondente à metade do salário-mínimo; as de valor igual a duzentos cruzeiros, em importância correspondente ao salário-mínimo; finalmente, as de valor superior a duzentos cruzeiros seriam calculadas guardando-se a proporcionalidade estabelecida nos itens anteriores.

Aqui, por parecer de 3 de junho de 1964, sendo Relator o nobre Senador Josaphat Marinho, decidiu-se sobrestar o exame do projeto até que viessem ao Congresso, como então se arunciava, os projetos de reforma dos dois Códigos processuais, dado que a providência recomendada pelo projeto não se revestia de urgência e convinha ser vista em conjunto com a reforma global daqueles Códigos.

Tal parecer, conforme se depreende da súmula que instrui o processo, foi aprovado em sessão de 6 de abril de 1965, não obstante o aviso anônimo constante, numa papeleta com data de 29 de setembro do ano anterior, e que é de presumir fôsse da Secretaria da Presidência, inculcando à Mesa retirasse da ordem do dia o projeto para ser de novo encaminhado a esta Comissão, a fim de que esta reconsiderasse a sua proposta de sobrestamento, por isso que tal medida só pode ser tomada, regimentalmente, quando há proposições em curso e os projetos referidos ainda não haviam chegado ao Congresso.

Prevaleceu, todavia, o entendimento certo do Plenário, e eis que, ocorrida a decretação, há poucos dias, do Código Penal, volta o projeto ao nosso estudo. O código em tela foi baixado pelo Decreto-Lei n.º 1.004, de 21 de outubro de 1969, ainda não conhecido, entretanto, apesar de prometida, desde então, a sua publicação em suplemento à edição daquela data do **Diário Oficial**. Como todo o longo trabalho de revisão do Projeto Nelson Hungria, de que se origina o Cód-

igo, foi efetuado sem qualquer notícia para o círculo de estudiosos sobre os institutos que estavam sendo configurados e sobre o sistema de penas que estava sendo estabelecido, impossível será avaliarmos a repercussão de suas disposições sobre o Código de Processo Penal, cuja reformulação o atual Ministro da Justiça, Professor Alfredo Buzaid, encareceu, em declarações à imprensa. E justo porque está à frente do importante Ministério um processualista civil de projeção nacional, prudente é aguardarmos, pelo menos, o seu pronunciamento sobre a possível brevidade do encaminhamento ao Congresso do projeto da reforma do Código de Processo Civil, como, de resto, do de Processo Penal, os dois Códigos, em suma, visados pelo projeto.

Verifica-se, daí, ser prematura a medida que a proposição, com louvável intento, preconiza. Nem há tamanha premência na sua adoção, quando o sistema aconselhado pode não corresponder ao que for amanhã proposto e aceito. Seria, talvez, mais uma lei de precária duração, neste *mare magnum* de leis em que se debate o País.

Somos, pelo exposto, de parecer que o projeto seja rejeitado e, por conseguinte, arquivado.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1969. — **Carlos Lindenberg**, Presidente eventual — **Aloysio de Carvalho**, Relator — **Bezerra Neto** — **Eurico Rezende** — **Edmundo Levi** — **Nogueira da Gama** — **Josaphat Marinho**.

**PARECER**  
N.º 33, DE 1969

da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento n.º 1.012, de 1968, do Senhor Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando que o Senado envie, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, a S. Santidade o Papa Paulo VI, gloriosamente reinante, suas congratulações pela Encíclica "Humanae Vitae".

Relator: Sr. Carlos Lindenberg

Veio ao nosso exame o Requerimento n.º 1.012, de 1968, do ilustre Senador Vasconcelos Tôrres, no qual preconiza a remessa de congratulações do Senado Federal, por intermédio do

Ministério das Relações Exteriores, a S.S. o Papa Paulo VI, pela oportuna publicação de sua Encíclica *Humanae Vitae*.

Considerando recomendável, como medida preliminar, a juntada, ao presente processo, do referido documento, sugerimos se já adotada essa providência, a fim de que possamos conhecer, mais profundamente, o conteúdo da mensagem papal e analisarmos os seus principais aspectos, no que diz respeito à América Latina e aos países subdesenvolvidos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 4 de novembro de 1969. — **Aloysio de Carvalho**, Presidente em exercício — **Carlos Lindenberg**, Relator — **Nogueira da Gama** — **Eurico Rezende** — **Wilson Gonçalves** — **Bezerra Neto** — **Edmundo Levi**.

**PARECERES**  
N.ºs 34 e 35, DE 1969

sobre o Requerimento n.º 19, de 1968, do Senador Vasconcelos Tôrres, solicitando transcrição nos Anais do Senado, do editorial de "O Globo", de 26/12/67, sob o título de "A Indefinição do Brasil Face aos Acôrdos com Portugal", de autoria do jornalista Garrido Tôrres.

**PARECER N.º 34**  
Da Comissão de Constituição e Justiça  
Relator: Sr. Carlos Lindenberg

O presente requerimento, de autoria do ilustre Senador Vasconcelos Tôrres, visa a transcrição, nos Anais do Senado, do editorial de autoria do jornalista Garrido Tôrres, publicado no jornal "O Globo", de 26 de dezembro de 1967, sob o título "A Indefinição do Brasil Face aos Acôrdos com Portugal".

Do ponto de vista regimental, nada há contra o requerimento em questão. Julgamos, entanto, necessária a audiência da Comissão de Relações Exteriores, face a natureza da matéria abordada no artigo que se pretende transcrever nos Anais do Senado.

Sala das Comissões, em 20 de fevereiro de 1968. — **Milton Campos**, Presidente — **Carlos Lindenberg**, Relator — **Aloysio de Carvalho** — **Rui Palmeira** — **Petrônio Portella** — **Alvaro Maia** — **Josaphat Marinho**.

**PARECER N.º 35**

Da Comissão de Relações Exteriores

Relator: Sr. Aurélio Vianna

A Comissão de Constituição e Justiça opinou pela aprovação de requerimento, solicitando, porém, "face à natureza da matéria abordada no artigo que se pretende transcrever nos Anais do Senado", a audiência desta Comissão.

O artigo, que se pretende transcrever, publicado em 26-12-67, há quase dois anos, deplora "a indefinição de nosso Governo em relação aos tratados firmados com Portugal", visando a dar "base econômica operativa para a sonhada comunidade Luso-Brasileira".

E inquire: "Será que o atual Governo da Revolução está em desacôrdo com o anterior? Se isto tem fundamento, em que consistem as divergências?"

O jornalista Garrido Tôrres aborda o problema africano e condena a posição "das delegações brasileiras na ONU em favor da autodeterminação dos povos, ou seja, pelo anticolonialismo", por um erro de interpretação. Textualmente: "Pois bem, isto é o que se poderia chamar de ignorância convicta, que só se explica por parte daqueles que desconhecem a obra portuguesa em África (para só falar de suas províncias mais importantes), que nada têm em comum com o que vai pelo resto daquele Continente".

Tece comentários sobre o Mar Luso-Brasileiro.

Para o brilhante jornalista "A democracia à base do sufrágio universal, em que pese aos sofismas e aos anseios libertatórios, privilégio de países desenvolvidos, é uma farsa onde predominam aquelas condições negativas", isto é, a de "povos deseducados, mal nutridos, mal abrigados", que "preferem primeiro viver e depois filosofar".

O relator não tem elementos para concluir se as críticas feitas ao Governo são procedentes, nem os tem para confirmá-las.

Também não possui dados que lhe proporcionem um melhor juízo do problema em causa, de vez que o artigo foi publicado no ano de 1967, podendo estar completamente desatualizado.

Concluiria por um pedido de informações ao Ministério das Relações Exteriores ou, então, pelo arquivamento do Requerimento n.º 19.

Eis o parecer.

A Comissão, por unanimidade, decidiu pelo arquivamento.

Sala das Comissões, em 6 de novembro de 1969. — **Benedicto Valladares**, Presidente — **Aurélio Vianna**, Relator — **Pessoa de Queiroz** — **Filinto Müller** — **Aloysio de Carvalho** — **Milton Campos** — **Oscar Passos** — **Arnon de Mello** — **Mem de Sá** — **Ney Braga**.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Marinho) — O expediente lido vai à publicação.

**O Sr. Vasconcelos Tôrres** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Marinho) — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Senador Vasconcelos Tôrres.

**O SR. VASCONCELOS TÔRRES** — (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Sessão de hoje tem o escopo de homenagear o Presidente Arthur da Costa e Silva, em virtude do requerimento apresentado pelo nobre Senador Dinarte Mariz, essa figura fabulosamente humana, de homem coerente, fiel aos seus princípios, que não esconde jamais o seu pensamento, que todos nós, Senadores, habituamos a admirar, não só pelo seu espírito extravasado mas pela marca de sinceridade que põe em todos seus gestos.

Sr. Presidente, não estou relacionado entre os oradores, mas, como não há o Expediente normal do Senado — que este se destina única e exclusivamente a essa homenagem — eu queria pedir permissão a V. Exa. e ao digno autor do requerimento para, antes mesmo das comemorações, encaminhar à Mesa o seguinte projeto de lei:

**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
N.º 5, DE 1969

Dá o nome de "Presidente Costa e Silva" à Ponte Rio—Niterói, em construção.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — Terá o nome de "Presidente Costa e Silva" a ponte em construção, pelo DNER, na Baía de

Guanabara, integrada no Sistema Rodoviário Nacional e que vai estabelecer a ligação direta entre a Cidade do Rio de Janeiro e Niterói.

**Art. 2.º** — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Justificação**

Está na hora certa de prestarmos justa homenagem à figura humana para sempre ligada à construção da Ponte Rio—Niterói.

Refiro-me ao nome do Estadista que, com o seu senso de grandes realizações, com a sua posição tranqüila, porém firme, deu ao Coronel Andreazza o indispensável apoio para levar avante o projeto ousado. A Ponte deve chamar-se "Presidente Costa e Silva".

Em diversos países do mundo há pontes com nomes de grandes nomes, de grandes personalidades que se projetaram na história do país ou da região em que se situam.

Lembra-se, neste instante, da Ponte "George Washington", em Nova Iorque, que a maioria dos Srs. Senadores conhecem, e da Ponte "Hercilio Luz", em Santa Catarina, ligando ao Continente a ilha em que está implantada a pitoresca Cidade de Florianópolis. Lembrarei, ainda, que uma outra homenagem do mesmo tipo — embora não se tratasse, então de uma ponte — foi prestada há tempos em nosso País, com os aplausos de todos nós parlamentares, quando se deu à Rodovia Rio—São Paulo, por idênticos motivos aos que ora estou invocando em abono a esta posição, o nome da Rodovia "Presidente Dutra"; a famosa "Via Dutra", como hoje é chamada, numa tática e carinhosa confirmação do povo à justiça da homenagem ao grande Estadista que nos reconduziu, certa vez, à boa prática da democracia...

Sinto-me à vontade para propor esta homenagem, porque ela envolve o nome ilustre de um patriótico que, cercado da admiração e da confiança de todos os bons brasileiros, está acabando de dei-

xar a Presidência da República. Sua dedicação à causa pública acabou custando-lhe o preço alto de um comprometimento sério do estado de saúde.

Arthur da Costa e Silva é, hoje, um homem fora do poder, e a Nação deve sempre ser generosa e grata aos que souberam honrá-la e servi-la, como o fez, patriótica e discretamente, o ex-Presidente da República, depois que a luta e a missão desses heróis chega ao fim. Estou certo, aliás, de que este é, também, um pensamento compartilhado por todos.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1969. — Vasconcelos Tôrres.

Sr Presidente, sem ferir o protocolo, porque o primeiro orador é o eminente colega Senador Dinarte Mariz, pediria que V. Exa., nos termos regimentais, acolhesse este Projeto. Não é o orador, mas é a oportunidade que o Senador Dinarte Mariz enseja para que o Estado do Rio e — quero crer — o Estado da Guanabara, representado pelo digno Presidente, encontrem neste momento a oportunidade mais adequada para se consagrar, numa grande obra, o nome daquele que a concretizou. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — O projeto de V. Exa. vai à publicação, e a seguir será distribuído à Comissão competente; e as palavras que V. Exa. pronunciou serão consideradas como justificativas do projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Há comunicação a fazer à Casa.

O Sr. Pedro Aleixo encaminhou, em 14 de outubro do corrente ano, à Secretaria-Geral da Presidência, declaração de bens que será remetida ao Arquivo, a fim de ser anexada a igual documento apresentado, à Mesa do Congresso, por ocasião de sua inscrição como candidato ao cargo de Vice-Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — A presente sessão tem caráter especial, em virtude de requerimento aprovado pela Casa e de autoria do Sr. Senador Dinarte Mariz, e subscrito por numerosos Srs. Senadores.

Nos termos do Regimento, deverão falar apenas os oradores designados, o primeiro dos quais é o Sr. Senador Dinarte Mariz, a quem concedo a palavra.

**O SR. DINARTE MARIZ** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de iniciar este discurso, faço um apêlo aos meus nobres Colegas para que não me aparteiem durante a leitura a que vou proceder, por se tratar de matéria em que, naturalmente, me irei alongar um pouco na tribuna. Tomarei muito tempo se receber apartes, prejudicando, dessa maneira, os oradores que se farão ouvir depois do meu discurso.

(Lê o seguinte discurso.)

Senhor Presidente, Senhores Senadores: A homenagem que o Senado rende, hoje, ao Marechal Arthur da Costa e Silva traduz o sentimento e o apreço de toda a Nação. Quando a enfermidade afastou aquele eminente brasileiro do exercício da Presidência da República, a consoladora solidariedade, partida de todas as categorias sociais do País, derramou-se no seio de sua família, presente ao drama que a atingia tão cruelmente. Comprovou-se, mais uma vez, que o nosso povo sabe, nas horas difíceis da Pátria, fazer justiça aos homens públicos que nada recusam de si mesmos, e chegam ao extremo sacrifício da saúde e da vida, em prol dos interesses da coletividade.

Quando os cronistas políticos assinalarem nos seus registros os fatos decisivos da nossa época, não de desatenciar o preponderante reflexo da atuação do Presidente Costa e Silva na evolução do nosso processo democrático.

Senhor Presidente, como exemplo desse conceito basta lembrar que as relações do Marechal Costa e Silva com os demais poderes constituídos, sempre autenticaram o seu indissolúvel desejo de mantê-las vivas e eficazes, como símbolo e expressão da autêntica democracia. Todos os esforços do Presidente Costa e Silva se desenvolveram no sentido de construir uma ponte de entendimento e convívio para o exercício de um regime de direito. Os episódios determinativos do recesso do Poder Legislativo, dirimidos nesse interregno que propiciou, enfim, a reabertura do Congresso Na-

cional, não lhe podem ser inculcados. Foram enfrentados, na hora da decisão extrema, como dever inarredável para um Chefe de Estado. Na conscientização dos supremos compromissos destacava-se, prioritariamente, garantir o futuro da própria Pátria.

Todavia, ao ato cirúrgico do recesso parlamentar seguiu-se pacientemente o trabalho do artesanato político, para assegurar a continuidade histórica das instituições representativas, mediante a reativação dos instrumentos congressuais destinados a elaborar as leis, informar e representar o povo. Toda a delicadeza dessa tarefa tinha, na parte desempenhada pelo Presidente Costa e Silva, a inalterável marca do seu propósito: restaurar as liberdades públicas e dotar o País de uma Constituição capacitada a escudar a democracia e salvaguardar os direitos da Revolução de 64.

Essa conduta de equilíbrio resultou inegável na obra que, afinal, seus sucessores interinos ofereceram ao País. As dificuldades pertinentes ao processo revolucionário, enfatizados, em dado momento, pela alteração do mecanismo político nos seus moldes habituais, tiveram sua conformação de destino, porque os novos estilos estavam condizentes com as necessidades nacionais.

A Revolução, entretanto, demarca-se pelo rompimento do *statu quo*. De que vale trazermos o modelo de uma clássica constituição que há mais de 200 anos tem sido copiada no continente americano, sem corresponder à realidade do País, que formalmente a absorve? Por isso é que, a partir de 67, novo rumo se deu ao direito constitucional brasileiro. E agora, na vigência da Emenda n.º 1, configuraram-se, na letra constitucional, as peculiaridades inerentes ao panorama sócio-político do Brasil. Foi esse, entre muitos e afanosos trabalhos da Presidência Costa e Silva, o ponto decisivo, afeto ao realismo político reclamado por muitos brasileiros, qual seja: uma Constituição que tivesse o cunho de preservar a democracia, protegendo-a da ameaça de seus inimigos, e contivesse, todavia, o elenco das garantias e deveres deferidos aos cidadãos.

O Presidente Costa e Silva, que já fôra, quando Ministro da Guerra, uma

forte e sólida base de sustentação dos compromissos revolucionários, assumiu a Chefia da Nação, em fase de nítida transformação do conceito de segurança nacional, que se ampliara e ganhara novo sentido diante de um mundo cheio de graves riscos e novas técnicas de agressão e luta.

Não era, por isso, empreitada simples, conciliar os compromissos democráticos com uma severa e necessária defesa do Estado.

O nosso tempo, tão renovador de normas e valores que pareciam permanentes, exige do estadista virtudes excepcionais, fundadas numa conduta plástica e ductil, sem a qual corre o risco de ser ultrapassado pelo ritmo vertiginoso com que é surpreendido, a cada dia, por acontecimentos sociais e políticos imprevistos e inéditos.

Uma postura clássica — repetimos — já não vale diante dessas implicações, nem o homem de Estado pode estar totalmente preparado para enfrentar a gama de problemas que se apresentam, sem ordem e sem aviso, como numa explosão, e, sem embargo, exigindo remédio, e soluções imediatas.

Poderíamos dizer, sem desejar ser enfáticos, que em nosso duro tempo, o governo é uma batalha que se ganha ou se perde cada dia.

Essas causas novas suscitam, naturalmente, dos políticos, dos militares, dos operários, dos estudantes e intelectuais, de todos os setores, uma posição de aceitação ou repulsa e, como todas causas novas, essas posições se marcam, sobretudo, entre os jovens, por uma viva e desenfreada paixão.

Diante desse quadro, a nosso ver, é que avultaram as virtudes de prudência e conciliação do Presidente Costa e Silva.

Mantiver a liberdade sem levar a Nação ao risco, somar as experiências vividas com a compreensão e o entendimento de novas auroras, exige não apenas lucidez e inteligência, tolerância e sabedoria, mas, sobretudo, fé na fortaleza das instituições, sem a qual a tentação de abandoná-las, como entrave, se torna forte e invencível, principalmente para os que possuem os instrumentos para isso.

O Presidente Costa e Silva soube situar-se diante de sua hora como inabalável centro de contenção entre as autoritárias tendências de nosso tempo e os seus indeclináveis deveres para com o sistema legal.

Sua missão sempre nos pareceu extremamente difícil, ainda mais para um Presidente que conhecia as palpitações do coração militar, seus justos anseios e suas intranqüilidades e devia considerá-los como importante inspiração e itinerário.

O Presidente porfiou no sentido de armar o Estado de dispositivos aptos a evitar o seu desmoronamento, almejado pelos perturbadores de rua, pelos assaltantes, por tumultos provocados pelos comunistas e até pelo uso indevido de uma inexperiente juventude, sem desfigurar-lhe os contornos democráticos e ferir as estruturas da liberdade.

Foi um obstinado esforço, principalmente porque era evidente que a luta subversiva atingia a fase das guerrilhas, e, na consciência de muitos, se consolidava a convicção de que era necessário aparelhar-se o Estado para um novo método de ação governativa, com a prevalência, sobre os fundamentos jurídicos tradicionais, dos interesses maiores da Nação.

Ninguém, mais do que ele, terá fielmente expressado a missão que nossas Forças Armadas sempre cumpriram, em termos do aperfeiçoamento das instituições políticas do País. Teve, durante toda sua participação na vida pública brasileira, a clara consciência desse papel e, reunidas em torno dele, nossas corporações militares persistiram como agentes do povo, em prol das conquistas políticas e sociais da democracia.

Assim é que o Presidente Arthur da Costa e Silva não desmereceu, antes exaltou, o paradigma daqueles mesmos militares que, no Brasil, no plano de nossa organização política, instituíram a República, consolidaram-na, ao longo de ásperos embates e de exemplar testemunho de desambição e idealismo, e fizeram a redemocratização do País, em 1945, quando as elites civis e a Nação foram recolher, dentro dos quartéis, dois de seus líderes mais expressivos para, como candidatos à Presidência da República, celebrarem a aliança que assegura-

rou a realização de eleições livres e o restabelecimento do regime representativo.

Não, desmereceu, antes exaltou, o paradigma daqueles mesmos militares que, no plano das lutas sociais, liquidaram, ainda no Império, o instituto da escravidão e, já na República, através das manifestações heróicas de 1922, 1924 e 1930, devotaram-se à tarefa ingente de enfrentar o privilégio das oligarquias, que haviam assumido o controle do Estado, e promoveram a reforma social do País, alicerçando-o para a demarcação, que os dias de hoje passaram a exigir.

Por outro lado, no campo das realizações administrativas, sua Presidência se revelou eficaz e atenta ao processo de nosso desenvolvimento econômico. Muitos de seus resultados constituem, já hoje, etapas efetivamente vencidas, no rumo da modernização de nossa economia e do preparo da sociedade brasileira para sua participação nos benefícios do progresso tecnológico. A redução gradativa mas inflexível da taxa inflacionária e a elevação constante dos índices de crescimento do produto nacional bruto, são os marcos indiscutíveis desse itinerário para o futuro. A eles se acrescentariam, dentre tantos outros, os progressos obtidos no ansiado nivelamento das desigualdades regionais, de forma a que todos os brasileiros recebam sua parte no enriquecimento do País.

Senhor Presidente: Do meu convívio com o Presidente Costa e Silva, somente colhi exemplos de bondade, de firmeza, de autenticidade democrática, de intransigente defesa da nossa soberania e da nossa destinação como povo livre.

Quando o eminente Chefe de Estado, que hoje homenageamos, assumiu o então Ministério da Guerra, em março de 1964, tive oportunidade de assistir a uma significativa declaração que agora evoco. Disse o Presidente Costa e Silva, que, naquele Ministério, tinha uma missão a cumprir e esta dizia respeito aos seus companheiros de farda. Não pretendia, de forma alguma, incursionar no meio político, porque não era sua missão fazer política. Mas, empenhar-se denodadamente na obra de servir ao Exército e levar essa dedicação até ao mais humilde e distante soldado des-

tacado nas guarnições longínquas das nossas fronteiras. Queria integrar em metas de renovação o seu Ministério, de sorte que este era o seu compromisso sagrado. Na verdade, assim agiu e de tal maneira exerceu esse programa, e projetou a sua liderança militar, que as próprias forças políticas vieram reclamar a sua presença no Governo para a continuidade da obra revolucionária, o que correspondia, também, ao anseio dos seus camaradas.

De tal maneira a sua liderança revolucionária se firmou que, por duas vezes, em momento delicados da vida nacional, recusou o poder ditatorial. A primeira delas ao assumir o Comando Supremo da Revolução, nos idos memoráveis de março de 1964 e, por último, na crise desencadeada a partir de 13 de dezembro do ano passado.

Refletem, Sr. Presidente, a pureza de uma verdade incontestável as seguintes palavras com que se dirigiu ao Poder Legislativo, na sua última Mensagem como Presidente da República: "podendo ter dissolvido o Congresso, já que fôra impelida a retomar o seu impulso de origem, a Revolução preferiu declará-lo em recesso, mantendo-o vivo e legitimando-o como instituição vital do sistema democrático."

A confessada opção do Presidente Costa e Silva, no rumo de nossa tradição liberal e cristã, inspirou os altos dirigentes das Forças Armadas para as urgentes e difíceis decisões que levaram à chefia da Nação o eminente General-de-Exército Emílio Garrastazu Médici, cuja identificação perfeita com os postulados democráticos e com os patrióticos propósitos das lideranças militares, representa a certeza da normalização da vida institucional do País.

Daí a justiça da homenagem que agora prestamos ao Marechal Arthur da Costa e Silva, de quem se poderá dizer, como uma legenda para a história:

Ninguém, como ele, conseguiu ser melhor cidadão para interpretar o sentimento militar, nem melhor soldado para encarnar e preservar a vocação civilista da Nação Brasileira. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Tem a palavra o Sr. Senador Daniel Krieger.

**O SR. DANIEL KRIEGER (Não foi revisto pelo orador.)** — Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Srs. Senadores, não pretendia fazer uso da palavra nesta homenagem que o Senado da República presta ao Marechal Costa e Silva, que deixou o Governo antes do término do seu mandato, acutilado por um distúrbio circulatório.

O juízo individual é sempre precário, sofre a inconstância dos fluxos e refluxos. Só é definitivo, pôsto que com exceções, o julgamento da História.

Tendo sido, porém, seu líder até fins de novembro, não poderia deixar de dizer algumas palavras. Não obstante as divergências políticas que nos separaram, S. Exa. e eu nunca admitimos o excesso no domínio dos afetos, das incompreensões políticas. Por isto, recordo-me do conselho do gênio da poesia alemã, Goethe, que dizia: "quando o teu amigo está infeliz, é teu dever procurá-lo; quando ele está feliz, é teu dever esperar que ele o procure". Da alta tribuna do Senado Federal, quero dizer que convivi intimamente com o Marechal Costa e Silva e faço de S. Exa., como pessoa humana, o melhor dos julgamentos. S. Exa. é, indiscutivelmente, uma figura autêntica de rio-grandense, nas suas virtudes e nos seus defeitos.

Sei, porque senti, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o seu desejo de servir à Pátria, de fazer o seu desenvolvimento e de mantê-lo dentro das instituições democráticas. Mas, às vezes, Sr. Presidente, Srs. Senadores, os homens não mais podem conduzir os acontecimentos; os homens são conduzidos por eles. Entretanto, àqueles que tiveram a boa intenção, Deus, na sua infinita misericórdia, reserva sempre o que reservou a Moisés: contemplar do alto da montanha a terra prometida. O nosso grande Presidente pode ter a certeza de que ele está no alto da montanha e de que há de contemplar um Brasil desenvolvido, próspero e feliz, dentro do regime democrático. (Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

**O SR. EURICO REZENDE (Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro Costa Cavalcanti, da Pasta do Interior, Sr. Deputado Rondon Pacheco, ex-Ministro do Governo Costa e Silva, Srs. Representantes dos Srs. Ministros de Minas e Energia e dos Transportes e do Sr. Chefe do Serviço Nacional de Informações. Minhas Senhoras e meus Senhores. Srs. Representantes da Imprensa.

Em duas etapas sucessivas, na alteração dos dias e das noites, o destino colocou Arthur da Costa e Silva na constância do aplauso, do respeito e da recompensa do companheirismo, da comunidade e da Nação.

Nas oficinas da formação profissional e no comando das equipes da caserna vigilante, através da vocação admirável e do credenciamento conquistado na peleja e na competição do mérito, ele soube plantar os alicerces da obra que os desígnios do futuro iriam descortinar nos amplos caminhos do reconhecimento da Pátria.

Era o peregrino audaz que iniciava a longa viagem, conduzindo na inteligência a visão permanente dos problemas, dos sofrimentos e dos desafios deste jovem País de dimensões continentais, que Deus fez tão grande e que os seus filhos não têm o direito de torná-lo pequeno, e levando na consciência as emoções generosas de uma juventude inconformada com o erro e a enfermidade que comprometiam o nosso porvir e que alquebravam, em ciclos prolongados, as energias da nacionalidade. Tínhamos aí, nele, o revolucionário madrugador, convocando para as suas vigílias e para os seus passos, o compromisso de não ensarilhar a inquietação e a ânsia enquanto não fôssem implantados, na vastidão e nas distâncias do solo amado, o império da terapêutica e a hierarquia da redenção.

Com o passar dos anos, quiseram os imponderáveis da vida e a vontade de Deus que a sua geração de soldados e de patriotas participasse e comandasse, alentada pela inspiração do povo, a nova era que o Movimento cívico-militar de 1964 desbravou para o Brasil, alterando, de modo profundo

e irreversível, os rumos e os rotelros de nossa História.

No condômino dos seus companheiros de Ideal e de amarguras revoltadas, Costa e Silva estendeu toda a agudeza da sua sensibilidade e toda a nobreza do seu dever para a hora decisiva e para a opção irrecorrível.

O quadro era de desolação e ele, ao lado dos caravaneiros do mesmo sentimento e do mesmo impulso, soube contemplar, para o avanço salvador, o vértice, a intimidade e a base da maldita pirâmide da decomposição nacional.

Era a renúncia sem grandeza de um Presidente, que, no pessimismo que enfermava a Nação — já o dissemos — como que a derradeira esperança; a sabotada e vilipendiada experiência parlamentarista; o retorno ao presidencialismo, empós premeditado e corruptivo trabalho de intoxicação popular; a marcha estugante para o caos econômico-financeiro, oficialmente confessada e demonstrada na substituição de seis ministros da Fazenda em apenas um ano; a corrida inflacionária, com todas as suas implicações subversivas, já atingindo os últimos paroxismos do perigo e das cercanias do desastre final e da letalidade do equilíbrio social; o impacto do negativismo do zero sinistro praticamente assolando o incremento do produto bruto nacional per capita; o ingresso do capital estrangeiro decrescendo de modo galopante e com justificada perspectiva de desaparecimento total; a queda vertiginosa dos índices agropecuários; o declínio acelerado dos produtos de alimentação do País; a redução vigorosa da taxa de crescimento das matérias-primas destinadas à indústria; o decesso na pauta das exportações, acusando um déficit superior a oitenta milhões de dólares; o atrevimento e a pertinácia dos licenciosos movimentos grevistas de caráter político e as paredes de solidariedade com a participação até do Banco do Brasil, de envôlta com o prêmio e o estímulo da impunidade reiterada, a cuja regra geral não se ofereceu sequer uma exceção ou solução de continuidade; a virulência das campanhas de exasperação ideológica nas comunidades rurais; o desmantelamento de nossas rédes de transporte de grandes massas, notadamente o ferroviário e o marítimo; o locuple-

tamento e a profissionalização do sindicalismo por minorias aguerridas e qualificadamente preparadas nos designios de um nacionalismo de importação; o aliciamento para a luta operária, orientada, organizada e dinamizada por órgãos espúrios; a mobilização dos setores culturais e estudiantis na preparação e no desdobramento da guerra revolucionária; os toques permanentes no acirramento da tensão emocional; o uso constante e a propaganda planejada da motivação comunista erigida no governo de Cuba, sob a capa de defesa dos princípios da autodeterminação e da não-intervenção, mas na realidade com o objetivo de atrair a sua expansão criminosa; a cruzada da calúnia, da injúria, da difamação e do ódio contra a grande nação do norte, na agressão passional aos arsenais da democracia e da liberdade; o desespero delinqüente do cunhadio estentóricco e carbonário, ante a barreira constitucional da inelegibilidade, visando a alcançar o poder pela queda das instituições e nele conservar-se, através da alienação, graças ao solidarismo e ao apoio do comunismo ateu e materialista; a abdicação, quase sempre consciente, por parte do Chefe do Governo, das prerrogativas e dos deveres da magistratura, preferindo proceder como comandante e usuário de partido, ao revés de exercer a isenta liderança institucional do País, na obsessão em favor apenas dos dividendos políticos e dos investimentos eleitorais colhidos na diluição da autoridade e à custa da baderna das ruas e dos campos; o empreguismo à margem do respeito ao sistema do mérito e da seleção, a serviço da clientela partidária e ideológica; a ilicitude civil e penal afrontando e contaminando os órgãos de administração direta e de ação delegada do Governo Federal; a tentativa de desmoralização das Forças Armadas, pelo ultraje à sua coesão e pelo dessangramento do seu intocável patrimônio disciplinar, procurando, através das pressões da tropa alucinada, desviá-las da sua vigilante missão constitucional.

O espírito lúcido de Costa e Silva fixava-se diante dessa verdade cruelmente diversificada. Era a Nação que sucumbia, o que, por si só justificava

e impunha a bendita eclosão revolucionária.

Mas não eram apenas esses fatores imediatos que exigiam a heróica tomada de posição.

Na sua consciência havia, também, o chamamento histórico pela fidelidade impostergável das raízes éticas e culturais da nacionalidade, a recrutar o grande gesto de 31 de março, quando as nossas Forças Armadas se uniram ao povo para silenciar a maldição e com ele se confraternizaram para hastear, no ponto mais alto do mastro do seu patriotismo, a bandeira da vitória e a flâmula do triunfo.

Costa e Silva e seus companheiros, tinham, também, sua atenção volvida para os fatores mediatos, que se perdem nos confins do passado.

Somos um povo que assimilou o primeiro oxigênio da liberdade — já o afirmamos — na irrigação generosa do legado ciclópico da Revolução Francesa.

Plasmamos os primeiros contornos da nossa formação naqueles princípios que sacudiram a consciência torturada da pátria de Danton, e que, através da herança iluminada, derdejaram novos rotelros e abriram para o mundo ocidental os caminhos da dignidade da pessoa humana.

E esta seiva, e esta semente, e estes florões que a França gloriosa e imortal ofereceu ao mundo, no dorso do sangue, do sacrifício e da aleluia de 1789, palpitarão, fecundaram e deslumbraram em todos os povos e em todas as raças de vocação libertária.

Volva-se o olhar para as nações até onde chegaram os acordos da Marsehesa eterna, na orquestração dominadora das ruínas fumegantes da Bastilha ignominiosa. E se verá que apenas nos países euro-asiáticos implantou-se o regime comunista.

A civilização ocidental, por haver recebido e assimilado as primeiras lições éticas e culturais nos bancos e nas cátedras da Revolução Francesa, perenemente colocados na universidade da História, não aceita, e repugna, não tolera, e combate, o sistema comunista, que degrada e que escraviza, e cujos tentáculos draconianos são algozes da paz e carrascos da justiça, na proscrição dos valores morais do homem e da sociedade.

Aquela fronteira espiritual, de rara formosura, que o longínquo passado francês estendeu sobre o Brasil e que sofria a ronda da destruição, fronteira que se integrou, definitivamente, em nosso processo sócio-cultural, teve assegurada a integridade da sua força inviolável.

A Revolução brasileira mostrou-se, assim, autêntica na interpretação do verdadeiro sentimento nacional, perfilhado e integrado no sistema de intervência digna do mundo ocidental. E com a sua arrancada cívica impediu que se deteriorasse e capitulasse a maior cidadela latino-americana da democracia e do cristianismo, tornando-se credora da gratidão dos povos livres.

Mas a tarefa do nosso eminente homenageado não se esgotou nesses limites. No posto de segurança nacional que lhe coube, expandiu a sua dedicação e dinamizou o seu trabalho na grande obra de reconstrução do Brasil.

E mais tarde, convocado pelas forças vivas da nacionalidade, mercê da esmagadora vontade popular, Costa e Silva foi alçado à suprema magistratura do País, dando prosseguimento ao pioneirismo revolucionário, do qual ele se constituiu num dos mais dinâmicos bandeirantes.

Sua administração poderá ser igualada mas jamais superada, inobstante ter a injustiça da fatalidade seccionado, tão cedo, a vigorosa jornada do seu Governo, sempre presente e sempre multiplicador de energias, de benefícios e de realizações desbravadoras, em todos os setores do trabalho material e cultural.

Amado pelo povo, que nele se habitou a ver uma imagem sentimental cativante, o ex-Presidente pode ter, mais do que a sensação, a certeza confortadora do dever exemplarmente cumprido, na constância de servir à sua gente e no imenso respeito do sacrifício pessoal, em obséquio da tranquilidade da família brasileira.

Srs. Senadores,

No elenco das emoções desta soleidade, quando procuramos registrar a colaboração decisiva de um homem no advento deste período áureo da nacionalidade, é justo que coloquemos a figura eloqüente da sua companheira

admirável — D. Yolanda da Costa e Silva, cuja grandeza de alma a tornou digna de ser a esposa do estadista. E o fazemos para evocar a sua presença nos primórdios do ciclo renovador.

Nosso pensamento, pelas asas da recordação cívica, volta-se, genuflexo e purificado, para a admirável mulher brasileira.

Corajosa nos seus impulsos, quando o tornado das ameaças parecia anunciar a voragem do caos e do fim, ela precipitou-se para as ruas das nossas cidades e das nossas aldeias. E o protesto do seu patriotismo emocionou a Nação aflita, assombrando os empresários da desordem e da dissolução. E o seu gesto se erigiu em lancinante brado de alerta, convocando as indomáveis forças libertárias do País para a resistência e para a decisão.

Autêntica e incomparável na personalidade da fé, quando a brutalidade do materialismo ateu e sanguinário se preparava para o assalto final e irreversível, ela, galgando a escada suave da prece, na silenciosa sucessão das contas do rosário imaculado, honrou e dignificou as suas virtudes de mãe, de esposa, de filha, de noiva, tornando mais bela a sua campanha e mais nobre a vitória do Brasil.

Nesse gesto, tão perfumado pela incenso da crença e da religião e tão vivificado pelo calor do patriotismo, a mulher brasileira soube conservar e carregar, nos braços e nos corações, a herança e o batismo que nos vieram das caravelas pioneiras do Descobrimento, através da cruz de Cristo e da voz do sacerdote.

A ela, na aplaudida personalidade de D. Yolanda Costa e Silva, a reiteiração de nossas homenagens, que são muitas, que são tantas, mas serão sempre poucas para significar o imenso mérito espiritual da sua jornada e as sinceras emoções da Pátria agradecida.

Srs. Senadores,

Há uma forma, a melhor e a mais autêntica, de rendermos o preito do nosso afeto e do nosso reconhecimento ao Marechal Arthur da Costa e Silva: é enaltecer a Pátria e confiar no Brasil, olhando e sentindo o passado dos nossos maiores e, nas jazidas fasciantes da sua obra e do seu destino, recrutando os exemplos marcantes

que compõem o nosso orgulho de brasileiros.

É o Brasil que, na palavra oracular de Ruý Barbosa, comparece e deslumbra nas conferências da civilização ocidental, dignificando o Direito e amando a Liberdade.

É o Brasil que, no apostolado da Ciência de Oswaldo Cruz, empunha o estandarte do triunfo contra a ronda da morte.

É o Brasil que caminha e que fascina com a inspiração milagrosa do Aleijadinho pelo panorama ensolarado da arte, que atravessa a poeira do passado e que vence o galopar dos tempos.

É o Brasil que, no estilo incomparável, na malícia rendilhada e na graça cativante de Machado de Assis, dá aulas e descortina cenários de literatura na ribalta de povos e nações.

É o Brasil que, nas rimas eternas de Olavo Bilac, nos enche de ternura o coração e que, nos umbrais do século, despetalou sobre a nossa consciência as aplaudidas lições de civismo.

É o Brasil que, no pioneirismo de Santos Dumont, rasga os céus da Europa e afirma o seu gênio e exibe a sua glória.

É o Brasil que, nas sandálias andarilhas de Anchieta, perscruta e invade a intimidade da selva, na madrugada virgem dos seus destinos, e promove, na geografia imaculada e na floração da prece, com os tesouros da fé e com a presença de Cristo, a cruzada redentora da catequese, o sacerdotício do ensino e as oferendas do amor.

É o Brasil que vence e pacifica com Caxias; que avança e comanda com Osório e Mascarenhas de Moraes, e que escreve com Tamandaré a epopéia naval de um povo, esculpindo na memória da Pátria a missão e a grandeza, a desambição e a honra das nossas Forças Armadas.

É o Brasil que, na marcha ciclópica da Revolução de Costa e Silva, Castello Branco e Médici, realiza a emancipação nacional e, sob as bênçãos de Deus Todo Poderoso, forja, na têmpera do seu povo, o imenso amanhã da sua grandeza e da sua prosperidade. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Ma-  
inho) — Tem a palavra o Sr. Sena-  
dor Petrónio Portella.

**O SR. PETRÔNIO PORTELLA** (Lê  
o seguinte discurso.) — Sr. Presiden-  
te, Srs. Senadores, Sr. Ministro Costa  
Cavalcanti, Sr. Ministro Rondon Pa-  
checo, Srs. representantes dos Minis-  
térios das Minas e Energia, Trans-  
portes, Marinha, e do Serviço Nacio-  
nal de Informações.

As grandes homenagens são as que  
se prestam sem as reverências subal-  
ternas aos que, poderosos, retribuem  
dedicações e dão o que não é seu, em  
recompensas aos louvores.

Bem haja o gesto de hoje do Sena-  
dor Federal ao dedicar a sessão ao Pre-  
sidente que, caindo em um leito de  
enfermo, alteou-se por sobre as hon-  
rarias que passam, e ganhou da Na-  
ção os títulos que não se perdem ja-  
mais.

Costa e Silva deu à luta, pela rede-  
mocratização da vida do País mais  
que a vida a saúde, sem a qual os  
dias são, para um homem entregue  
a grandes missões, martírios e sofrimen-  
tos e dor. O Poder se avilta se  
não fôr um instrumento de trabalho  
e de luta, a que se entregue o ho-  
mem de Estado, alheio a tudo, a si e  
aos seus, porque empolgado pela obra  
que marque sua passagem na vida  
pública, acima dos limites de tempo e  
êste sepulta as fragilidades, mas hon-  
ra, engrandece e bendiz os que sou-  
beram ser fiéis aos princípios.

Os Senhores Senadores trarão a ês-  
te recinto, onde o povo pontifica, o  
muito a dizer sobre as virtudes de  
chefe militar e de estadista do ilustre  
Presidente Costa e Silva.

Permitam-me, Senhores Senadores,  
que me cinja à tarefa menor, para  
mim, todavia sumamente grata e im-  
portante, qual seja a de registrar, em  
termos de justiça e gratidão, o muito  
que deu ao meu Estado seu Governo.

Senador pelo Piauí, tenho, freqüen-  
tamente, ocupado a tribuna, para dis-  
cutir problemas nacionais, mas me re-  
levem os de maior visão o proclamar  
que nada me faz mais feliz que o ver-  
sar sobre o meu Estado, seus proble-  
mas e dificuldades, mas, também, sua  
luta, extraordinária, a que jamais fal-  
tou a fé, que nasce da autoconfiança,  
apesar de ainda desolador o quadro,

de onde não desertou a miséria mate-  
rial a oferecer o impacto do contras-  
te com as riquezas espirituais do povo  
que não será vencido nunca.

Junto ao Governo do Presidente  
Costa e Silva não desfaleci no traba-  
lho de tôdas as horas, pela solução de  
problemas do Piauí.

A vida pública, não raro, tão conde-  
nada, não pode ter outra motivação  
senão a luta, e eis o que me fêz  
a ela entregar, e dela não desistir. E  
se outras razões tenho para lutar,  
uma, entre tôdas, me oferece impulsos  
sombranceiros aos sacrifícios e aos te-  
mores — é o Piauí que me encontrará  
sempre onde quer que haja um pro-  
blema a resolver.

Em várias oportunidades, mantive  
entendimento com o Presidente sobre  
o meu Estado e vi o quanto se em-  
penhou em demonstrar, não pela pa-  
lavra que se vai, com as ilusões, mas,  
em determinações vigorosas, visando  
a conceder os recursos indispensáveis  
ao término da Barragem de Boa Es-  
perança. Que se fizessem cortes, con-  
tivessem despesas, mas que não fal-  
tasse recursos orçamentários à obra  
prometida aos piaulenses. Quantas  
vêzes a imaginação foi mobilizada,  
para complementar verbas, ante a  
ameaça de paralisação dos trabalhos.

Em todos os momentos tivemos o  
Presidente no papel de amigo do  
Piauí a demonstrar que as chocantes  
desigualdades entre regiões têm de  
cessar, como fator indispensável ao  
desenvolvimento global do País.

Poderia, se fastidioso não fôsse, ar-  
rolar providências e obras do Gover-  
no Costa e Silva, em meu Estado.  
Limite-me a assinalar o financia-  
mento internacional para a pavimen-  
tação da BR-407, pavimentação da  
316, o estudo hidráulico do Porto de  
Luiz Correia.

Um legado há a distinguir entre os  
mais importantes, a Universidade, em  
fase de implantação.

Se tudo fôsse reduzido à Universi-  
dade, já seria muito.

Em breve, muitas portas se abrirão,  
para a juventude de minha terra, no  
milagre de multiplicação de oportu-  
nidades. É o belo espetáculo de as-  
censão de um povo, em conquista do  
desenvolvimento pela educação. Obra  
para a juventude de todos os tempos,

obra inseparável de um nome pro-  
fundamente vinculado ao que, na ofi-  
cina de cultura, se edificar.

E a ação governamental não ces-  
sarà, ao longo dos tempos e em efei-  
tos fecundos onde houver escolas  
abertas, à cultura e ao desenvolvi-  
mento.

Senhor Presidente, não sei como  
melhor possa prestar minha home-  
nagem que é também do Piauí. Nada  
vale tanto quanto o demonstrar que  
o Poder é um mero instrumento de  
alguns, a quem se entrega o destino  
de todos, e o seu exercício tem aspe-  
rezas que impõem sacrifícios inenar-  
ráveis. O homenageado nos dá o  
exemplo do quanto é a alta missão de  
governar.

A política, onde quer que seja exer-  
cida, com fidelidade, na oposição ou  
no Governo, na tribuna parlamentar  
ou no recolhimento dos gabinetes, pe-  
la palavra ou pela ação, há de dirigir-  
se, sempre, no sentido dos interesses  
da Nação, sem outros tráfegos, onde  
prosperam interesses de alguns ou in-  
fluências subalternas de grupos. Que  
outros nomes tenham tais atividades  
jamais a de política, pois nela não  
há lugar senão para a grandeza da  
renúncia pessoal, a coragem de negar  
tudo o que não ostente o timbre do  
interesse coletivo.

Assim, não existe missão mais no-  
bre. Em seu desempenho o homem  
se expõe a toda sorte de sedução e é  
preciso caráter e determinação e  
ideal, numa palavra, fôrça, para não  
ceder às fraquezas próprias ou dos  
outros e afirmar a invulnerabilidade  
ante as pressões doces ou amargas.  
Assim é a vida pública — o mundo  
a seduzir, com seus acenos, o homem  
e o dever a levá-lo a todos os sacri-  
fícios.

Esta Casa de homens públicos se  
abre hoje para uma homenagem a  
quem, no Governo, deu tudo que Deus  
lhe concedeu, visando a construir um  
Brasil de paz e desenvolvimento. Se  
suas fôrças físicas fraquejaram a fôr-  
ça da fé intacta permanece mobili-  
zada por outro timoneiro a serviço  
dos mesmos ideais.

E no repouso em que se encontra  
Costa e Silva, saiba que, sob suas ins-  
pirações, a luta há de prosseguir até  
que possamos dar aos vindouros o que

não nos foi dado receber em legado: o desenvolvimento harmônico do Brasil sob a égide da justiça social.

Esta é a melhor das homenagens, que não se detém em medidas, diante do poder, mas reverente, consagra um homem, uma vida e um exemplo.

(Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Tem a palavra o Sr. Senador Arnon de Mello.

**O SR. ARNON DE MELLO (Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Sr. Ministro Rondon Pacheco, ex-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Ministro Costa Cavalcanti, Srs. Representantes do Sr. Vice-Presidente da República e dos Ministros da Aeronáutica, das Minas e Energia e dos Transportes; Sr. Representante do Diretor do Serviço Nacional de Informações; Srs. Senadores; meus senhores:

Os eminentes oradores que nesta tarde me precederam na tribuna falaram da personalidade de militar e homem público do Presidente Costa e Silva e da obra que ele realizou como Chefe do Governo. Para não repetir quanto disseram — e, por certo, repetir sem o brilho que lhes moldura a eloquência — aventure-me, Senhores Senadores, não a falar mas a ouvir o Presidente, no testemunho dos que o conhecem, e através de palavras e de atitudes de S. Exa., ditas e tomadas no decorrer de sua vida, toda ela feita de triunfos, as quais mais nitidamente que as minhas expressões de amigo e admirador lhe retratam a figura humana, evidenciando o homem do povo, o bom brasileiro, o chefe militar e o líder que ele foi, com o grave sentimento do dever presidindo-lhe todos os passos.

Dir-se-ia que retorno aos meus bons tempos de jornalismo para entrevistar não apenas o Chefe da Nação que a fatalidade afastou do Poder mas a personalidade de S. Exa. no seu desdobramento da infância à maturidade. Havemos de convir em que não me será difícil fazê-lo, sabendo, como sabemos, que o Presidente nunca temeu ser escravo das que pronunciasse, e muito menos tinha vocação para senhor das palavras que silenciasse. Nisso, aliás, se lhe afirmam a consciência límpida e a coragem a toda prova.

“Minha natureza é de quem nada tem a esconder — confessava ele a um amigo. No exercício da função pública, meu problema é autocensurar-me. Mas eu me esqueço disso, e digo o que sinto. Afinal, nada tenho a recrear.”

#### AUTENTICIDADE

Senhores Senadores. Entre as qualidades do Presidente Costa e Silva, eu desejaria de início destacar a autenticidade. Seguindo a carreira das armas, escolhida pelo pai, que surpreendera nêle, criança ainda, virtudes de comando, manteve-se Costa e Silva pela vida fora sempre fiel a si mesmo.

O menino desinibido de Taquari está vivo no homem que alcançou os maiores postos na vida militar e na vida política do País. General do Exército, Ministro da Guerra e Presidente da República, não perdeu na ascensão as suas características nem modificou sua maneira de ser.

“Oficial de primeira classe, sempre o primeiro da turma, sem se considerar o primeiro dos homens — dizia dele um seu colega dos bancos escolares. Se tirar a farda de General e vestir a de aluno do Colégio Militar, é a mesma pessoa, o mesmo temperamento. Quando olho para ele, parece-me ver o antigo colega de companhia, dos tempos do Colégio Militar.”

#### TAQUARI

Quando, já Presidente, foi à sua cidade de Taquari, hospedou-se na casa da tia, muito grande e bem antiga, e, alegre, convidou amigos para o acompanharem na visita à pia onde foi batizado. A criança travessa dos bons tempos de Pai Aleixo revivia no olhar e no sorriso do Presidente, embora cheio de responsabilidades.

No churrasco que lhe ofereceram, foi saudado por um velho amigo de bombachas que recordou episódios dos tempos de infância.

Em seu agradecimento, muito emocionado, disse o Presidente, como a recordar-se do menino de chapéu de jornal na cabeça que, montado num petiço, invadira, quebrando tudo, livre de quaisquer limitações, a casa de negócios de um amigo de Pai Aleixo:

— Sinto-me aqui livre como um passarinho fora da gaiola.

#### NO QUARTEL

Como em Taquari, sentia-se sempre muito feliz quando entrava num Quartel, onde vivera a segunda fase do seu destino. Quando, Presidente da República, fez uma viagem ao Amazonas, passou pelo Quartel e quis conhecer toda oficialidade. Formada esta, avistou no fundo do salão um tenente que não se aproximava. Dirigiu-se a ele, perguntou-lhe o nome e a função. Era o farmacêutico, que modestamente se deixara ficar mais atrás. Sentindo-lhe o embaraço, o Presidente o cumprimentou cordialmente, como um companheiro de farda.

#### VOCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA

A chama revolucionária, que lhe vinha do avô e do pai, fundadores da República, ao lado de Assis Brasil, Ramiro Barcelos, Barros Cassal e Demétrio Ribeiro, nunca se apagou nêle, iluminando o seu destino desde os vinte anos, quando, Tenente recém-saído da Escola, tentava em 1922 levantar a Vila. Foi um militante da conspiração para o 5 de julho de 1924, e, ao lado de Cordeiro de Farias, é preso ao promover a rebelião da tropa, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Na Revolução de trinta, era de vê-lo, a 24 de outubro, conduzindo a bandeira nacional à frente da vanguarda do 3.º Regimento de Infantaria, do Rio, que marchava para ocupar o Palácio Guanabara, então residência do Presidente da República, que, embora deposto, ainda se mantinha irredutível na resistência aos vitoriosos.

#### REVOLUÇÃO DE 30

E como lhe tinha sido difícil chegar até o 3.º R.I.!

No dia 2 de outubro, quando completava 28 anos, concluiu o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, alcançando o primeiro lugar da turma e conquistando o prêmio de viagem à França. A vitória fora notável, a julgar pelos termos da nota do diretor de estudos da Escola, a seu respeito:

“Oficial brilhante, culto, sério, extremamente dedicado aos seus afazeres profissionais, alcançou o primeiro lugar da turma pela sua atuação eficiente e destacada. Acompanhou com o maior in-

terêsse todos os trabalhos do curso, participando dos mesmos com brilhantismo e grande proficiência. Produziu trabalhos caracteristicamente pessoais. No terreno, deu provas de capacidade de comandar e desenvolvido espírito de iniciativa. Satisfez todos os requisitos de um excelente instrutor. Grau de aptidão e comando: 9.00".

#### FIEL AO IDEAL

Mas o triunfo não o afastara do ideal. Esperando para qualquer momento a eclosão revolucionária, saiu no dia seguinte de sua casa da Vila Militar para levar a esposa à residência do seu pai, que residia em Niterói, e confiá-la à sua guarda enquanto ele participava da luta armada. Em Niterói, encontrou-se com Napoleão de Alencastro Guimarães e combinaram que juntos iriam para o 3.º RI, de cujo comandante, comprometido com a Revolução, eram amigos. Mas a esse tempo já o Governo tomara providências de defesa, e lhes seria impossível utilizar a barca do horário. Firmemente decididos a participar do movimento armado alugaram então, aparentemente para um ligeiro passeio, o frágil barco de um alemão que nunca se animara a distanciar-se muito da praia. E no seu entusiasmo revolucionário, obrigaram-no a atravessar com eles a Baía de Guanabara até a Praia Vermelha.

— “Vamos todos morrer! — gritava o alemão — O barco não resiste à travessia!”

— Confiemos em Deus! — responderam os jovens militares. Vamos chegar bem.

E chegaram, mas depois de momentos do maior perigo.

#### A REVOLUÇÃO DE 64

Comandava em 1961 a 2.ª Divisão de Infantaria, em S. Paulo, quando, promovido a General-de-Exército, foi nomeado Comandante do IV Exército, no Nordeste. Aí o colheu em agosto a crise da renúncia do Chefe da Nação, com a posse no Governo do Vice-Presidente da República. Os acontecimentos que se sucederam logo o levaram a uma posição definida contra a ordem de coisas então instaurada. Valeu-lhe tal atitude a perda do Comando do IV Exército e a transferência em 28 de setembro de 1962 para a

chefia do Departamento Geral do Pessoal e, no ano seguinte, porque se tornasse inconveniente ao Governo sua presença aí, para a Chefia do Departamento de Produção e Obras.

Ante os desacertos do Presidente da República, reacendera-se-lhe a chama revolucionária. E retornou à conspiração com o mesmo sentimento do dever para com a Pátria que o conduziu em 22, 24 e 30. Ao lado de Castello Branco e de outros companheiros, articulou as forças armadas para a resistência ao caos. E a 31 de março de 1964, assumiu o Comando Militar da Revolução, empossando-se no próprio Ministério da Guerra quando o Presidente João Goulart, embora já sem poder algum, ainda estava no Palácio Laranjeiras.

— Ninguém o excede em espírito de decisão rápida — dizia dele o Marechal Castello Branco.

#### SENTIMENTO DA LIBERDADE

Neste lance de sua vida, como nos outros, dominou-o sempre o sentimento da liberdade. Como ele mesmo confessou, através da narração de episódios verificados nos primeiros tempos da vitória, ter-lhe-ia sido fácil tornar-se ditador. Entretanto, nele falou mais alto o espírito democrático. “Deus mesmo não tem o direito da tirania” — dizia o filósofo inglês Godwin.

Ministro da Guerra, sua preocupação foi manter a ordem a fim de a Revolução poder realizar a sua obra.

Candidato lançado pela ARENA, já absolutamente certo de ser eleito, pelo Congresso, ainda assim, como se dependesse a sua eleição do sufrágio universal, percorreu todo o País, defendendo idéias e debatendo problemas, pois — frisava, na sua autenticidade — queria basear o seu governo no apoio popular.

Presidente da República, procurou conciliar a Revolução com o regime democrático, evidenciando aquelas qualidades civis que Napoleão destacava como essenciais ao General em missão de governo. Assumiu o Poder animado realmente do propósito e com o empenho de restaurar o pleno exercício da democracia. Era, aliás, um defensor indormido da Constituição. As 36 emendas, que, no Congresso, a ela foram apresentadas, ou foram rejeitadas ou não tiveram an-

damento por intervenção sua, direta, junto às lideranças parlamentares do Governo.

#### COMPREENSÃO E BONDADE

A esses traços pessoais — autenticidade, simplicidade, espírito democrático, desassombro pessoal e cívico — juntam-se em Costa e Silva a capacidade de compreender, a bondade do coração, as qualidades humanas. Amigos dele, mais chegados à sua convivência, narram episódios de seu sofrimento quando precisava tomar decisões em que se impunha “colocar o coração na cabeça.”

Nos albores da Revolução de março, sob o regime dos AI 1 e 2, foi o primeiro a defender que, em casos de punições, a família não pode responder pelos atos dos punidos.

#### PACIÊNCIA

Lembro quando, sem o conhecer, pela primeira vez com ele estive, no Ministério da Guerra. Sua candidatura à Presidência da República, lançada por amigos, ainda não tinha recebido o beneplácito do Partido.

— Eu não pretendia ser candidato — disse-me, de começo — mas, como o Marechal Castello Branco instituiu sua incompatibilidade, aceitei a indicação dos amigos a fim de não deixar vazio o lugar, e defender os ideais da Revolução.

Aludi à imagem que dele se criava na opinião pública pela paciência com que recebia críticas e atitudes contrárias aos seus designios.

— Paciência eu tenho — declarou-me —, e tanta que esgotarei, com a minha, a paciência dos outros.

E ainda:

— Ninguém me fará brigar com o Presidente Castello Branco, de quem sou amigo há quarenta e cinco anos. Castello não ama atacar, mas contrataca muito bem. Como eu não o atacarei, não há perigo de incidentes entre nós.

#### ESTUDANTES

Antes da posse no Governo, impressionado com as reivindicações estudantis, resolveu o Presidente Costa e Silva ir à Universidade de São Paulo para com eles pessoalmente discutir os seus problemas.

Saiu-se muito bem do teste o Presidente. E aos companheiros manifestava sua admiração pela acuidade mental e maturidade dos estudantes, desejosos de participar da vida política e administrativa. Considerava a necessidade de um maior entrosamento entre os estudantes e o Governo, e só lamentava que profissionais do extremismo, envolvendo-os, procurassem envenenar o seu idealismo e desvirtuar suas aspirações.

**PASSEATA**

Os primeiros meses do seu Governo foram marcados pela agitação estudantil. Recordo a êsse respeito um episódio. Pedi ao Presidente uma audiência, e êle a marcou para a tarde mesma da grande passeata de estudantes na Guanabara, à qual se juntariam artistas, padres e freiras. Na véspera, o Presidente recebera uma comissão dos estudantes cariocas promotores da passeata. Os jornais davam destaque à audiência, citando frases de bom humor do Presidente na conversa com os jovens. A passeata se realizaria com a garantia do Governo — assegurou-lhes.

Recebido nessa tarde pelo Presidente, felicitei-o pela atitude, acreditando que com ela diminuiria as tensões e liquidara o suspense provocado pelos boatos de violências policiais, o que, em última análise, esvaziaria de maior importância a passeata.

— Amigos meus — respondeu-me — desaconselharam-me de receber os estudantes, alegando que isso diminuiria minha autoridade. Mas eu o fiz, e creio que agi certo.

E, depois de uma pausa:

— Ouço muitas opiniões, mas sigo uma voz interior que me acompanha e me aconselha sempre bem, nas horas de decisão.

Realizava-se naquele momento a passeata no Rio. Dois telefonemas recebeu, então, o Presidente: do Ministro da Justiça e do Governador da Guanabara. O último desanuviou-lhe a fisionomia.

— O Negrão me diz — fala-me, colocando o fone no gancho do aparelho — que a passeata terminou sem incidentes maiores. Apenas alguns excessos de agitadores que, não sendo estudantes,

no meio dêles se metem para servir ao extremismo.

E acrescenta:

— É preciso que se saiba que a Revolução está muito forte. Empenho-me, entretanto, em persuadir para evitar atitudes violentas.

**ATITUDE COM OS MINISTROS**

De outra feita, declara-me, referindo-se à reforma do Ministério:

— Tenho um verdadeiro complexo: não praticar injustiças.

E defendia que determinados Ministros seus não mereciam as críticas que lhes faziam. A culpa não era dêles, mas do obsolescência do aparelho ministerial que não lhes permitia atuar, resistindo a todos os esforços de qualquer Ministro, por maior que fôsem sua inteligência e capacidade.

Ainda nesse dia, falou-me do êxito da política financeira do Governo, e aludiu a providência que tomou contra a inflação.

— Determinei cortes drásticos nas despesas do Governo para conter a inflação.

E, declarando que naquela tarde um Ministro muito seu amigo se entristecera porque êle não restaurara verbas do orçamento de sua Pasta incluídas no plano de economia:

— Eu lhe disse: não fique triste, pois não durmo quando o vejo triste, mas não posso ceder.

**RESISTIR**

Encontrei o Presidente pela última vez em julho de 1969, numa homenagem prestada no Hotel Nacional ao General Jayme Portela e à qual compareceram numerosos parlamentares. Já lá estávamos todos quando entra o Presidente e se dirige ao ponto onde nos encontrávamos, os parlamentares. Olho-o, a fisionomia aberta num sorriso feliz.

Alegre, expansivo, conversa sobre assuntos vários. Alguém fala de política. O Presidente fica sério. Lembrou-me a frase de Albert Camus, citada por Milton Campos e que o Presidente repetira pouco tempo antes.

— O Poder no século XX é triste — digo.

— É triste, realmente, — acentua o Presidente.

E logo depois:

— Não posso dizer que governar é resistir. Desde pela manhã, todos os dias, não faço senão resistir. As pressões são fortes, e de toda ordem.

**CATÓLICO PRATICANTE**

Católico praticante, o Presidente ia todos os domingos à Missa das 10,30 horas na Igreja do Colégio Dom Bosco, nesta Capital. Certa vez, sentou num lugar vazio de um banco, entre uma Senhora e um menino.

— “Êste lugar é de meu pai” — reclamou o garoto.

— E onde está seu pai? perguntou-lhe o Presidente.

— Ainda não chegou mas chega já.

— Pois bem, quando êle chegar eu lhe cederei o lugar.

O Presidente ouvia os sermões com a maior contrição, e comungava todos os domingos, fazendo questão de ser sempre o último da fila.

**OREMOS PELO NOSSO PRESIDENTE**

Senhores Senadores. Emociona-me o lembrar mas não devo omitir o episódio.

O Presidente adoeceu no dia 29 de agosto, e no dia 30 deixou Brasília com destino ao Rio. Era um sábado.

No domingo, dia 31, na Igreja do Colégio Dom Bosco, desta Capital, o relógio marcava 10,30 horas da manhã e a missa já começara. A Igreja estava cheia mas faltava alguém para completá-la. Faltava o Presidente. Na cidade, sabia-se de sua viagem ao Rio mas poucos o sabiam enfermo.

Fis senão quando, na hora da oração dos fiéis, uma voz se eleva com um timbre desusado, carregado de sentimento, a voz de um homem do povo, que se ergue e diz, alto e com emoção, fora do texto da missa:

“Oremos pelo nosso Presidente Costa e Silva que está muito doente na Guanabara.”

Todos os fiéis, homens, mulheres e crianças, .. a voce, tocados pela emoção mais profunda, repetem:

“Oremos pelo nosso Presidente Costa e Silva que está muito doente na Guanabara.”

O homem do povo que naquele momento interpretou o sentimento da Nação só conhecia o Presidente, da Igreja.

#### DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO

Senhores Senadores. Referi de início à autenticidade do Presidente Costa e Silva, fiel a si mesmo, o ânimo revolucionário sempre vivo através dos anos.

Aqui narrei diversos episódios que falam melhor que ninguém da sua personalidade, nos diversos planos em que êle atuou.

Estimaria concluir agora ouvindo palavras do Presidente, pronunciadas a 16 de março de 1967, dia seguinte ao de sua posse e na Primeira Reunião do seu Ministério, quando terminou invocando a proteção Divina para cumprir sua missão:

“De quanto acabo de afirmar, deve-se concluir que o exercício da democracia é, desde já, um dos postulados do meu Governo.

Porei o máximo de esforço pessoal a fim de levar a cabo a missão que se impôs o meu insigne antecessor, missão tanto mais áspera quanto — se nela bem atentarmos — logo lhe acharemos como cerne esta dificuldade: conciliar as invencíveis exigências do convívio democrático e as severas necessidades da Revolução. Revolução que, havendo salvado o País da subversão, do despotismo e do caos, não podia, nem pode ser malbaratada, posta de lado, como traste desgastado e envelhecido antes do tempo, perdida para sempre, de roldão com os esforços, os sacrifícios e os inúteis dispêndios das esperanças do povo.

Tenho plena consciência das dificuldades que me saltarão, cada dia, em cada trecho do caminho. Entre elas, assume vulto de extrema gravidade o meu dever de prosseguir, sem desvios nem vacilações, na rota iniciada. Por essas palavras quero significar a obrigação, que me corre, como responsável pelo Governo, de manter o País entregue ao seu destino democrático e, ao mesmo tempo, resguardar e defender, denodadamente, todo o acervo das conquistas revolucionárias, evitando que tenhamos de enfrentar os mesmos riscos de 1964.

Estou seguro, no meu civismo de brasileiro e na minha responsabili-

dade de governante, de que me cabe impedir, por todos os meios, aquilo a que muitos aspiram, às claras ou sob capa de defender a democracia — a restauração. Isso não ocorrerá, pois o Governo é um compromisso com a Revolução, nas suas idéias, nos seus princípios, na sua nova mentalidade.

A todos lembro que, de minha parte, declarei no meu discurso de agradecimento ao Congresso Nacional, no dia de minha eleição: “Eis por que assumi com a Revolução um sagrado compromisso e, assim como fui um dos seus chefes, dela serei, no Governo, representante e delegado.”

Continuaremos o trabalho iniciado há três anos. Os métodos poderão ser outros, mas os objetivos os mesmos. Não descansaremos.”

Senhor Presidente,

Senhores Senadores.

As palavras que acabamos de ouvir confirmam o Presidente Costa e Silva no seu amor à Democracia e na sua fidelidade à Revolução. E confirmam especialmente o homem de Governo consciente de sua imensa responsabilidade perante o povo e perante a História.

O Presidente Costa e Silva não falou aos compromissos que assumiu e nunca enganou ninguém. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Tem a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS** — Sr. Presidente, Sr. Ministro Rondon Pacheco, Sr. Ministro Costa Cavalcanti, Srs. Representantes do Ministério dos Transportes, das Minas e Energia, da Marinha e do Serviço Nacional de Informações; Srs. Senadores. Um depoimento se me afigura, nesta hora e nestas circunstâncias, a melhor e maior homenagem ao Presidente Costa e Silva.

Um depoimento que seja um testemunho verdadeiro, ainda que singelo e desprezioso.

Pela vez primeira que nos encontramos, às vésperas da formalização de sua candidatura à Presidência, a conversa, quase protocolar, compartilhada pelos demais parlamentares catarinenses da corrente política a que pertencço, egressos todos da extinta

União Democrática Nacional, integrados na ARENA, e rápida — tantos eram os grupos que o aguardavam —, permitiu, contudo, que conhecesse a sua característica mais forte: a humanidade. Ele não escondeu nas palavras, nem nos olhos, a alegria de ser o futuro Presidente do Brasil. Guardado de qualquer pose, foi simples na saudação, direto no agradecimento, natural nos gestos, sincero, sem disfarces.

A mesma impressão colhi, quando, juntamente com outros parlamentares, fui buscá-lo para participar de um Congresso de Prefeitos Municipais e ouvi-lhe pedir sugestões para o discurso que, momentos após, deveria pronunciar, e opiniões sobre figuras do Ministério Castello Branco. E, assim, já como Presidente, ao dialogar com representantes de meu Estado sobre os problemas da economia carbonífera. Ou, ainda, a dizer da admiração que votava pelo Líder da Oposição na Câmara. Ou, a me interromper, para confidências sobre os problemas de nossa política exterior, na oportunidade em que lhe levava as observações colhidas na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada em Nova Delhi. Ou, finalmente, quando, em reunião das lideranças do Congresso, manifestava sua opinião sobre a Constituição de 1967 e a necessidade de a mesma ser mantida íntegra durante o seu Governo, sem prejuízo das alterações que, oportunamente, ditasse a experiência e aconselhasse a realidade brasileira.

Sempre sem retoque ou artifício. Claro, simples, humano.

O exercício da vida pública e as tarefas da vice-liderança da ARENA, nesta Casa, permitiram-me, igualmente, admirar-lhe o sentimento de fidelidade.

No exercício da Pasta da Guerra e na Presidência da República foi fiel, sempre, aos seus compromissos.

Quem não se recorda da atitude firme do Chefe Militar, nos dias de outubro de 1965, quando sua ação pronta e corajosa evitou a crise provocada pelos resultados de algumas das eleições para os Governos Estaduais?

Quem não acompanhou sua fidelidade — às vezes temerária — aos

seus auxiliares de confiança, nas horas mais ingratas?

Quem não admirou sua fidelidade ao seu programa de governo que, sem dúvida, apresentou um saldo de realizações grandiosas?

Quem não se comoveu, ainda ontem, ao ler mensagem que dirigiu ao seu amigo e grande brasileiro Pedro Aleixo, na qual a fidelidade está remarcada com a coragem das palavras: "a sua atitude patriótica demonstrada em tôdas as oportunidades certamente será reconhecida pela v.ª da História"?

Humano, fiel e, com a autoridade de quem subscreveu o telegrama de 14 de dezembro que vinte e dois Senadores lhe dirigiram a propósito da edição do Ato Institucional n.º 5, afirmo, conscientemente, democrata.

Democrata cumprindo; democrata resistindo; democrata, ainda e paradoxalmente, adotando medidas de exceção, de acôrdo com o que lhe parecia certo e justo para o Brasil; democrata, acima de tudo, desejando, estimulando, preparando e, praticamente, efetivando o restabelecimento do Estado de Direito em nosso País, o que, mercê de Deus, se realizou com a reabertura do Congresso, com a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, com a outorga da Emenda Constitucional n.º 1.

Tudo isso foi sonho seu, para cujo coroamento deu-se, todo inteiro, alma, corpo e coração e, quem sabe, pagou um alto preço. Os sentimentos de humanidade, fidelidade e amor à democracia fizeram-no, e, sem dúvida, ainda o fazem capaz de grandes sofrimentos. São, mesmo, os maiores responsáveis pela sua dor imensa, cujo vértice é a mudez da voz e a fixidez do gesto.

Se tôda essa é a verdade, verdade também é, para sua glória, que, se no dia que desatar-lhe a fala e lhe voltarem os movimentos, alguém lhe perguntar: "se pudesses escolher uma vida, qual delas escolherias?"

Justamente, por ser êle humano, fiel e democrata, responderia, como Malraux fez seu personagem responder: "Pois bem, aconteça o que acontecer, se eu tivesse de tornar a viver outra vida, não quereria senão a minha". (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Senador Flávio Brito.

**O SR. FLAVIO BRITO** (Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr. representante do Vice-Presidente da República, Sr. Ministro do Interior, Deputado Costa Cavalcanti, Sr. Ministro Rondon Pacheco, Srs. representantes dos Ministros dos Transportes e Minas e Energia, e representante do Serviço Nacional de Informações; Srs. Senadores. Há apenas 7 dias teve início o 3.º Governo Revolucionário brasileiro, fruto do movimento de março de 1964, sob a Presidência do eminente General Emilio Garrastazu Médici, nome que representa para nós, da Classe Patronal Rural, a continuidade da política desenvolvimentista iniciada pelo saudoso Marechal Castello Branco, seguida e aperfeiçoada pelo nosso eminente Marechal Arthur da Costa e Silva.

Coube a nós, empresários rurais, deflagarmos o movimento de resistência aos desmandos administrativos e à subversão da ordem existentes nos idos de 1963. Acossados que fomos pelos "Grupo dos Onze", células subversivas implantadas no meio rural para daí alcançar as guerrilhas urbanas, tivemos de enfrentá-los com nossos próprios meios, uma vez que nos encontrávamos completamente desassistidos por parte das autoridades governamentais de então, colocando em jôgo as nossas vidas e as vidas dos nossos familiares, bem como o sagrado direito de propriedade.

Ao ser deflagrado o Movimento Revolucionário de 1964, as Forças Armadas brasileiras contaram com os ruralistas do País como força auxiliar.

Não nos arrependemos de assim ter procedido.

Ao longo destes 5 anos muito tem sido feito pelo Brasil como um todo e pela agropecuária em particular.

A Nação tem exigido de todos nós uma enorme carga de sacrifícios, mais já podemos vislumbrar o raiar de um novo dia.

O combate à inflação levou-nos, praticamente, à descapitalização; no entanto, medidas efetivas têm sido tomadas para nos recapitalizarmos e continuarmos a produzir sempre mais

para o bem-estar social e o progresso econômico do Brasil.

A agropecuária brasileira representa, hoje, 30% do produto interno bruto.

Somos responsáveis por 80% das divisas que entram no País.

Estes resultados são fruto de medidas da maior profundidade, postas em prática pelo Presidente Costa e Silva. Dentre êles podemos destacar, numa análise rápida, para não nos tornarmos cansativos e deixarmos tempo para o pronunciamento de outros Senadores, o que foi feito no setor do Crédito Agrícola, da Eletrificação Rural, dos Transportes, de Fertilizantes, e de preços mínimos.

#### CRÉDITO RURAL

A partir de 1965, com a expedição da Resolução n.º 5, do Banco Central, as autoridades monetárias passaram a encarar o problema com maior objetividade, engajando a rede de bancos privados e seus recursos ao sistema de crédito rural. Mais tarde, a Resolução n.º 69 e uma estrutura legal embasada nas Leis n.º 4.595, de 31-12-64, n.º 4.829, de 5-11-65 e Decreto número 58.380, de 10-5-66, complementaram o sistema de crédito rural, disciplinando as aplicações, por parte da rede bancária privada, dos recursos destinados à Agricultura e Pecuária. Mais recentemente, em agosto de 1968, era baixada a Resolução n.º 97, resultado de exaustivos estudos da Comissão Consultiva de Crédito Rural do Conselho Monetário Nacional, complementando-se, destarte, a estrutura do instrumento com que o Governo pode atuar nesse importante setor da Economia Nacional.

Os recursos decorrentes da aplicação da Resolução n.º 5 atingiram 87,7 milhões de cruzeiros novos, em 1965; no ano seguinte, 85,8 milhões. Resultante da acertada política posta em prática pelo Ministro Delfim Netto, elevou-se, no ano de 1967, a 159,8 milhões. De acôrdo com os dados disponíveis, em 1968, somente até fevereiro, já alcançavam êsses recursos o montante de 166,4 milhões. Se mantida essa progressão, é de esperar-se que durante o ano de 1968, tais recursos tenham ultrapassado a casa dos 200 milhões de cruzeiros novos.

Após regulamentações do FUNAGRI em 3-9-1965 e vigência da Lei n.º 4.829, de 5-11-1965; das Cédulas de Crédito Rural, em 14-2-67, e da Resolução n.º 69, do Banco Central, em 22-9-1967, foi baixada a Resolução n.º 97, em agosto de 1968, fixamos os seguintes pontos:

**A** — Escala maior de atendimento às operações de custeio (o saldo das aplicações em comercialização não poderá exceder a duas vezes o valor do maior saldo a empréstimos de custeio e investimentos);

**B** — Maior nível de atendimento aos pequenos e médios produtores no sistema de crédito.

Dentre as medidas complementadas na Resolução n.º 97, estima-se que, em sua primeira etapa as disponibilidades de crédito e financiamento ao setor rural, atinjam NCr\$ 4 milhões.

Como se observa, são notáveis os resultados obtidos no setor creditício. Isto não invalida as nossas esperanças de que o Governo Garrastazu Médici tome imediatas providências para diminuir o custo deste crédito, pois, com o custo atual (18% ao ano), está havendo um natural retraimento dos tomadores, com prejuízos evidentes para o aumento da produção e da produtividade.

#### FERTILIZANTES

As medidas adotadas pelo Governo Costa e Silva, com a criação do FUNFERTIL, veio preencher o que seria, talvez, a maior lacuna existente em nossa política agrícola.

Com os incentivos criados podemos observar o produtor nacional responder imediatamente a convocação dos setores públicos, aumentando a grande utilização de adubos e fertilizantes, com o conseqüente aumento da produtividade, o que em última análise representa o aumento de riquezas do País.

#### MECANIZAÇÃO

Neste setor, o Governo Costa e Silva, através do seu Ministro da Agricultura, preparou um Plano Nacional de Mecanização, encontrando-se em estudos no Ministério do Planejamento.

Como não chegou a entrar em execução, deixaremos de apreciar os resultados deste setor.

#### COMERCIALIZAÇÃO

O Marechal Costa e Silva foi muito feliz na escolha do seu Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, em boa hora mantido pelo Presidente Médici.

Só é possível comercializar bem, se houver condições para o escoamento da produção e, esta meta, foi perseguida de perto pelo Ministro Andreazza, que certamente continuará atuando no mesmo ritmo, quer construindo ou pavimentando estradas, quer melhorando ou construindo portos, ampliando o sistema ferroviário e dando continuidade ao grande programa do transporte marítimo.

No plano rodoviário nacional, até os mais descrentes reconhecem o grande êxito do Governo Costa e Silva, êste País foi sacudido do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

Para o escoamento da nossa produção por via marítima foram reequipados todos os portos brasileiros, recebendo o que há de mais moderno em equipamento.

Estão sendo construídos diversos portos granaleiros, destacando-se, entre eles, os de Santos e Ilhéus.

#### ELETRIFICAÇÃO RURAL

Extenso programa de eletrificação rural tem sido executado a partir de 1967.

Mais uma vez tivemos oportunidade de assistir o poder público convocar o empresariado rural e êste atender prontamente à convocação.

Em todos os Estados brasileiros trabalha-se febrilmente na implantação de projetos de eletrificação rural, através de cooperativas específicas.

Cêrca de 2.000 cooperativas de eletrificação foram criadas e implantadas no Brasil durante o Governo Costa e Silva, sendo aplicadas verbas num montante de NCr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros novos), pelo Governo, e igual valor pelos produtores rurais associados das cooperativas.

#### PREÇO-MÍNIMO

O preço-mínimo para o produtor, que até 1966 significava o preço máximo, passou, a partir de 1967, a cumprir sua real finalidade.

Hoje a C.F.P. fixa preços reais e garante por 180 dias o financiamento ao produtor, com a entrega dos produtos aos armazéns da Cibrazem, dando ao Ruralista a opção de retirar o produto para comercializá-lo a melhor preço ao fim do prazo de financiamento ou entregá-lo ao preço-mínimo para os mercados da COBAL.

#### PAZ SOCIAL

A paz social, experimentada durante 2 anos e meio pelos empregadores e empregados rurais, deveu-se, sobretudo, à firmeza com que se conduziu, à frente do Ministério do Trabalho, o notável homem público que é o Senador Jarbas Passarinho.

Posso afirmar que não tivemos crise no setor trabalhista durante o Governo Costa e Silva.

Temos que creditar, ao grande Ministro Passarinho e sua grande equipe, o êxito e a tranqüilidade social no setor rural, antes tão conturbado. Para tanto, Sua Excelência contou com o decidido apoio do Presidente Costa e Silva.

É de meu dever ressaltar, nesta oportunidade, o importante trabalho de equipe que vem desenvolvendo, na área amazônica, a SUDAM, órgão subordinado ao Ministério do Interior, cujo titular, Deputado Costa Cavalcanti, conhecedor da Amazônia, não faltou um só instante com o seu pleno apoio material e dedicação pessoal às obras programadas e destinadas à consolidação do processo de integração daquela Região.

Estas, Senhor Presidente e Senhores Senadores, as suscintas considerações que desejava fazer, no ensejo desta justa homenagem que o Senado Federal presta ao Governo Costa e Silva.

O setor agropecuário experimentou progressos positivos ao longo dos 31 meses do Governo desse eminente brasileiro, infelizmente atingido na sua saúde quando no cumprimento do dever.

Aceite, Marechal Arthur da Costa e Silva, toda solidariedade do mundo rural brasileiro, que hoje fala pela voz deste representante da Amazônia. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — O homem, simples cidadão

ou governante, não é o autor nem o dono de seu destino. Apenas pode contribuir para traçá-lo. A própria vida, através das diversas circunstâncias, vai determinando-lhe as ações, impondo-lhe uma conduta, assinalando-lhe o dever de sua obra.

Ocasões há em que a realidade não se lhe submete dócilmente e em que forçoso é também a ela não se submeter.

A realidade, quando se apresenta adversa, é necessário vencê-la. Às vezes a empresa se torna dura, difícil, árdua. Mas como não é dado ao homem deixar de ouvir os mandatos do dever, porque importaria em uma burla à própria consciência e à confiança dos demais, alteia-se e enfrenta a realidade com decisão, ainda que na luta comprometa o próprio alento.

A vida não pode ser uma mera realidade biológica. É, sim, uma vocação de sacrifício. E, segundo seja o grau dessa vocação, será a dimensão humana.

Só quem esteja penetrado desse sentido vital poderá realizar algo perdurável. Não entendê-lo assim, seria condenar-se de antemão ao esquecimento coletivo.

Ao contrário, intentar com todas as forças interpretar esse mandato e dar-lhe forma concreta e definida é realmente cumprir com honra a sua missão.

E o destino apontou ao Presidente Costa e Silva como o dever de sua hora, e lhe foi propício porque lhe ensejou a oportunidade de empregar-se a fundo numa causa suprema, permitindo-lhe revelar a sua grandeza, o cumprimento do compromisso que ele solenemente assumiu perante a Nação, da retomada do processo democrático no Brasil.

Homem do seu tempo, voltou-se para o futuro, ao encaminhar o País para o retorno ao Estado de Direito.

A esse grande objetivo se consagrou com um misto de sagaz prudência e heróica obstinação, visando a preservar de irreparável destruição a representação popular, vale dizer o Legislativo, como instituição vital do sistema democrático.

Nesse esforço exauriu-se, imolou-se o lidador que sempre pôs na alma, nos embates da vida política, a tolerância

como a flor mais bem cultivada da inteligência e a virtude mais nobremente inspirada e mais fecundamente construtora. E os rasgos dessa virtude do caráter que não é a excitação efervescente de paixões, senão a energia serena, dentro de uma orientação de honra e de dever durante a porfia, decôro e altivez na hora aziaga, espírito de sacrifício, em aras do ideal, através de todas as vicissitudes.

Ele poderia dizer aquelas humildes palavras com que Mitre iniciava a sua autobiografia: "O único prêmio a que aspiro por todos meus trabalhos, depois do que espero da misericórdia de Deus, é conservar o bom nome".

Por tudo isso, o Presidente Arthur da Costa e Silva bem merece e recebe, agora, no Senado da República, uma exaltação ainda maior do que as homenagens que não lhe faltaram no fastígio do Poder. **(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.)**

Agradeço o comparecimento dos Srs. Ministro José Costa Cavalcanti, do Interior, do Deputado Rondon Pacheco, do representante do Sr. Ministro da Marinha do Governo Costa e Silva, e atual Vice-Presidente da República, Comandante Valberto Lisieux Medeiros, do representante do Sr. Ministro da Aeronáutica, Coronel Luiz Pedro Miranda da Costa, do representante do Sr. Ministro dos Transportes, Coronel Stavro Sava, do representante do Sr. Ministro das Minas e Energia, Dr. Aloísio de Carvalho, do representante do Chefe do Serviço Nacional de Informações, Capitão Antônio Augusto Brasil Carus, dos Srs. Deputados e autoridades que aqui acorreram para, com o brilho de sua presença, prestigiar esta solenidade.

Igualmente se dirigiram, através de telex, ao Sr. Senador Dinarte Mariz, autor do requerimento de convocação do Senado para esta sessão especial, o Sr. Luís Antônio da Gama e Silva, ex-Ministro da Justiça, o Sr. Antônio Delfim Netto, Ministro da Fazenda, o Sr. Antônio Dias Leite Júnior, Ministro das Minas e Energia, e o Sr. Ivo Arzua Pereira, ex-Ministro da Agricultura.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Antes de encerrar a sessão, convoco os Srs. Senadores para a sessão extraordinária a realizar-se, hoje, às 17 horas e 30 minutos, com a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

#### ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

##### (Filipinas)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 3, de 1969 (n.º 24/69, na origem), de 4 do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha da Sra. Zilah Mafra Peixoto para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República das Filipinas.

#### ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

##### (Trinidad e Tobago)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 5, de 1969 (n.º 26/69, na origem), de 4 do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha da Sra. Dora Alencar de Vasconcellos, para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Trinidad e Tobago.

#### ESCOLHA DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem n.º 6/69 (n.º 28/69, na origem), de 7 de novembro do ano em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. General-de-Exército Jurandyr de Bizarria Mamede, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)*

## ATA DA 13.<sup>a</sup> SESSÃO EM 7 DE NOVEMBRO DE 1969

### 3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 6.<sup>a</sup> Legislatura

(EXTRAORDINÁRIA)

#### PRESIDÊNCIA DO SR. GILBERTO MARINHO

As 17 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

José Guimard — Oscar Passos — Flávio Brito — Edmundo Levi — Milton Trindade — Lobão da Silveira — Clodomir Millet — Sebastião Archer — Petrônio Portella — Sigefredo Pacheco — Menezes Pimentel — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Dinarte Mariz — Manoel Villaça — Ruy Carneiro — Argemiro de Figueiredo — Domicio Gondim — Pessoa de Queiroz — José Ermírio — Arnon de Mello — Leandro Maciel — José Leite — Aloysio de Carvalho — Antônio Balbino — Josaphat Marinho — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Paulo Tôrres — Vasconcelos Tôrres — Aurélio Vianna — Gilberto Marinho — Milton Campos — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — José Feliciano — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Bezerra Neto — Ney Braga — Mello Braga — Antônio Carlos — Atílio Fontana — Daniel Krieger — Mem de Sá.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 46 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.<sup>o</sup>-Secretário procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada, sem debate.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

**O Sr. Aloysio de Carvalho** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

**O SR. ALOYSIO DE CARVALHO** (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, antes de V. Exa. anunciar a Ordem do Dia, quero fazer uma declaração para que conste da Ata. Não a fiz, como pretendia, na sessão realizada esta tarde, em homenagem ao ex-Presidente Costa e Silva, porque a reunião tomou o caráter de especial, com oradores previamente inscritos, e o nobre Senador Dinarte Mariz anunciou, logo de início, que não aceitava aparte ao seu discurso, para que não fôsse perturbado na exposição.

A minha declaração, e que peço a V. Exa. mande constar de Ata, é de que não subscrevi o requerimento de que foi primeiro signatário o nobre Senador Dinarte Mariz. E não o subscrevi, não porque discordasse da homenagem que se propunha e que hoje se realizou, mas sim, porque era meu propósito associar aos louvores ao ex-Presidente Costa e Silva, pelos seus sentimentos democráticos e pelos propósitos demonstrados em favor da reabertura política no País, o nome do professor Dr. Pedro Aleixo, que, até poucos dias atrás, era o titular da Vice-Presidência da República.

Realmente, Sr. Presidente, custei a compreender como se dissociar, nessa homenagem de hoje, o Presidente do Vice-Presidente da República, ambos terminando o mandato antes do prazo, um infelizmente por doença, outro, entretanto, na plenitude das suas forças físicas e da sua capacidade intelectual. E não compreendia que fôssem dissociados os dois nomes, porque o Professor Pedro Aleixo desempenhou um papel importantíssimo nos pródromos da chamada reabertura democrática. Recebeu S. Exa. a honrosa incumbência, exatamente do ex-Presidente Costa e Silva, de estudar a Constituição de 1967, e propor as alterações que seriam úteis e necessárias para que ela passasse a ser um instrumento em favor do desenvolvimento do País e da pacificação dos espíritos.

O Dr. Pedro Aleixo executou essa missão importante com um esforço inteligente e honesto, que faz honra à classe política civil do Brasil, e esta declaração é que eu achava que se devia fazer, e eu a faria — como a estou fazendo — no momento em que

homenageávamos o ex-Presidente Costa e Silva.

Pode ser, Sr. Presidente, que os contemporâneos não sintam isto. Os contemporâneos, muitas vezes, não enxergam o fenômeno político ou social em todos os seus desdobramentos, mas a História, amanhã, quando tomar conhecimento da sessão que o Senado esta tarde realizou, a História, Sr. Presidente, fará justiça aos políticos civis e, dentre eles, dará o devido relevo à pessoa ilustre e proba desse antigo servidor da República, o Professor Pedro Aleixo. (Muito bem!)

**O Sr. Dinarte Mariz** — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Tem a palavra, pela ordem, o nobre Senador Dinarte Mariz.

**O SR. DINARTE MARIZ** (Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero iniciar estas ligeiras declarações pedindo desculpas ao nobre Sr. Senador Aloysio de Carvalho por ter, no início do meu discurso, solicitado aos nobres colegas desta Casa que evitassem apartes. E devo me desculpar porque, realmente, S. Exa. me havia dito — e confesso aqui o meu esquecimento, talvez já pela idade, mas o fato é que, na hora, não me ocorreu que havia ele me comunicado — que pretendia dar aparte ao meu discurso. Entretanto, como havia vários oradores inscritos e pensei que o meu discurso pudesse tomar o tempo dos outros colegas que deviam ocupar a tribuna, pedi a toda a Casa para evitar apartes. E pedi, Sr. Presidente, humildemente, porque para mim é sempre uma honra receber apartes de qualquer dos colegas com os quais tenho a honra de conviver nesta Casa.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, também quero comunicar a esta Casa, solidarizando-me com as palavras do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, que estou de pleno acôrdo com S. Exa. no que se refere à figura do Dr. Pedro Aleixo, merecedora de todo o respeito e acatamento de todos os brasileiros que desejam um País melhor, mais desenvolvido e, sobretudo, politizado.

Devo ainda dizer que ao Dr. Pedro Aleixo, em toda oportunidade que se fizer necessário, renderei a homenagem do meu respeito, meu acatamento e minha admiração. E se o Senador Aloysio de Carvalho ou outro colega

qualquer, desta Casa, achar por bem prestar homenagem especial à figura do eminente, por todos os títulos, Dr. Pedro Aleixo, quero dizer que terei não só o prazer, mas também orgulho em solidarizar-me e sempre, como costume fazer em toda a minha vida pública, nos meus atos, e nos meus gestos, com um procedimento sempre aberto. Assim é que reafirmo, mais uma vez, o dever de solidarizar-me, caso se manifeste a oportunidade de prestarmos homenagem à grande figura que é o Dr. Pedro Aleixo. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

1

**ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA**

(Filipinas)

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem n.º 3, de 1969 (n.º 24/69, na origem), de 4 do m<sup>o</sup> em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha da Sra. Zilah Mafra Peixoto para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República das Filipinas.

2

**ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA**

(Trinidad e Tobago)

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem n.º 5, de 1969 (n.º 26/69, na origem), de 4 do mês em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha da Senhora Dora Alencar de Vasconcellos para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Trinidad e Tobago.

3

**ESCOLHA DE MINISTRO DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sobre a Mensagem n.º 6/69 (n.º 28/69, na origem), de 7 de novembro do ano em curso, pela qual o Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. General-de-

Exército Jurandyr de Bizarria Mamede para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Todas as matérias constantes da ordem do dia serão discutidas e votadas em sessão secreta.

Peço aos Srs. funcionários que tomem as providências de direito.

**A sessão transforma-se em secreta às 17 horas e 45 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 20 minutos.**

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — A sessão volta a ser pública.

O nobre Senador Milton Campos enviou à Mesa discurso para ser publicado, em explicação pessoal. S. Exa. será atendido.

É o seguinte o discurso enviado à Mesa:

**O SR. MILTON CAMPOS (Em explicação pessoal)** — Sr. Presidente: estive ausente das sessões do Congresso Nacional e do Senado desde a reabertura dos nossos trabalhos até esta semana. Deixei, assim, de participar das atividades do Legislativo, inclusive da sessão em que se elegeram o Presidente e o Vice-Presidente da República, como, poucos dias antes, não estive presente à reunião do Diretório da Aliança Renovadora Nacional que homologara a indicação para aqueles cargos dos nomes escolhidos pelo Alto Comando das Forças Armadas.

Comparecendo agora aos nossos trabalhos, sinto-me no dever de dar ao Senado, ao meu partido e à opinião pública a explicação de minha ausência.

Por meio da abstenção, quis significar minha divergência com o processo adotado pela cúpula dirigente para resolver a crise que desnecessariamente se criara. Nada tinha a alegar contra os nomes propostos ao partido e ao Congresso Nacional, que são chefes respeitados nas Forças Armadas e, portanto, dignos do respeito dos concidadãos. Mas porque se lançou mão de um processo inédito, quando a Constituição, nesse particular bem fundada na tradição republicana e na natureza das coisas, previa o processo certo e prudente?

Reconheço a correção do impedimento do Presidente Costa e Silva, vítima de enfermidade que toda a Nação lamentou e lamenta e que o inabilitou, por prazo que não se podia prever, para o exercício das funções. Mas nem por isso havia necessidade de destitui-lo. Era muito claro o artigo 79 da Constituição: "Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente".

Esse texto é tão natural em nossa organização republicana que a recente Emenda Constitucional n.º 1 o manteve, conservando o preceito que vinha de 1891 e que foi repetido nas demais Constituições, salvo nas de 1934 e 1937, que haviam suprimido o cargo.

Por que, então, complicar e transformar em crise problema tão simples e de solução natural tão claramente prevista? A naturalidade é boa conselheira para as soluções políticas. Pode ser até imperativa. Napoleão dizia numa Carta escrita da Polônia a Josefina: "Tenho um amor sem entranhas — é a natureza das coisas". Era a indicação, partida do homem do poder e do destino, para a naturalidade, a qual, em termos de convivência nacional, se traduz pelo princípio de legalidade, ou seja a humilde e severa submissão à lei. Só ela evita a insegurança e a instabilidade, substituindo as soluções subjetivas, tantas vezes caprichosas e arbitrarias como é da condição humana, pela objetividade da norma, instituída em benefício da tranquilidade e da dignidade da convivência entre os homens. Não se trata de bisantinismo jurídico, mas de busca da estabilidade, tão necessária à paz e ao desenvolvimento dos povos.

Explicou-se que as providências adotadas eram necessárias para que a Revolução de 64 pudesse continuar e conseguir seus objetivos. Também participo dessa preocupação, que reflete o propósito de evitar a frustração revolucionária. De outro lado, reconheço que os surtos subversivos e terroristas vêm em nossos dias alarmando a Nação e reclamam medidas adequadas para sua prevenção e repressão. Mas isso não invalida a distinção que tive ocasião de fazer, quando pleiteava o mandado de Senador

que ora exerço. Cumpre distinguir entre a Revolução e seu processo. A Revolução há de ser permanente como idéia e inspiração, para que, com a colaboração do tempo invocada pacientemente, possa produzir seus frutos que se caracterizam principalmente pela mudança consentida das estruturas e da mentalidade dominante, seja no povo, seja nas elites. O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tende à consagração do arbitrio, que elimina o direito, intranquilliza os cidadãos e paralisa a evolução do meio social. O que urge institucionalizar, portanto, é a Revolução e não o seu processo. Essa posição ficou sendo meu compromisso com o povo mineiro, que me trouxe a esta Casa.

Ora, a edição de atos institucionais pode servir ao aspecto processual da Revolução, mas não é necessária, à sua substância, após mais de cinco anos a contar da vitória do Movimento de março. Sei bem que as revoluções quase nunca se desenvolvem segundo os planos iniciais e foi por isso que Trotsky, ao mesmo tempo um teórico e um expert, as chamou "as inspirações loucas da História". Mas, lembro que a nossa quis ser, ao contrário, uma inspiração lúcida, para evitar o extremismo e o caos que nos ameaçavam. Daí o seu caráter ao mesmo tempo restaurador e progressista, a que precisamos ser fiéis. Foi por isso que, para não fazer História e só me referir à fase atual, divergi do Ato Institucional n.º 5 e, com maioria de razão, de sua consequência, que foi o Ato Institucional n.º 12, o qual alterou de maneira desnecessária e injusta a ordem da vocação sucessória na Presidência da República, impedindo o exercício da interinidade pelo legítimo titular, que era, por sinal, um homem público e um revolucionário cheio de serviços, como o Sr. Pedro Aleixo.

Espero não merecer a censura de estar revolvendo águas passadas pela crítica inútil do fato consumado. A teoria do fato consumado é uma fonte de iniquidades. Por isso, é oportuna a crítica, mesmo nesses casos, sobretudo quando ela explica uma atitude e pode ser proveitosa como advertência para o futuro.

Considero que não está em jôgo, na posição que assumi, a disciplina partidária, que reconheço imprescindível à ação e à sobrevivência dos partidos, mas que só pode ser exigida em face de decisões partidárias normais. De resto, a disciplina não há de ir ao ponto de abafar os princípios e a consciência dos filiados. A esse respeito, a Emenda Constitucional n.º 1 apertou sensivelmente a conceituação da Constituição de 1967. Naquela, a disciplina partidária era apenas um requisito para a formação dos partidos. Nesta, sob o nome mais enfático de "fidelidade partidária", fêz-se da transgressão do preceito caso de perda do mandato legislativo.

Aí já está um aceno aos cuidados dos legisladores e partidos, êstes na adaptação de seus estatutos e aquêles na elaboração das leis, para a ordenação prudente do assunto.

A fidelidade partidária não deverá ser mais um pretexto de constrangimento cívico, para que o homem público, já sob as pressões naturalmente decorrentes da indole autoritária do regime, não fique também oprimido pelo autoritarismo dos órgãos partidários. Sei bem que o regime democrático não exclui a disciplina inerente aos partidos. Na Inglaterra, Disraeli dava aos Comuns o conselho de largarem os princípios e se agarrarem ao Partido: "Dawn your principles, stick to your party". O grande líder conservador amava a ironia e a boa frase, atributos do escritor que êle transportava para a política. Mas, lá mesmo na Grã-Bretanha, a crítica condena êsse sistema, que é o de consagrar o voto-robô. E não é êsse, felizmente, o programa de um partido democrático, como é a Aliança Renovadora Nacional.

De resto, nos recentes e importantes episódios políticos, a Arena, certamente inspirada no propósito de superar as dificuldades da emergência, não teve a oportunidade de participar das decisões políticas, mas limitou-se a acolher e homologar as que foram tomadas pelo Alto Comando das Forças Armadas. Agiu com patriotismo e compreensão, sou o primeiro a admitir. Mas, a deliberação deixou de ser daquelas que permitam exigir a fidelidade partidária. Todo

mundo sabe que a área civil não teve ensêjo de interferir no assunto. Deixou-se à margem a chamada "classe política", e aqui anoto a impropriedade da expressão em uso. Toma-se como classe política o conjunto dos homens que lidam com a política, como se se tratasse de uma categoria profissional mais ou menos sindicalizada ou constituída em ordem, como o Sindicato dos Bancos, o Conselho de Engenharia, ou a Ordem dos Advogados. A atividade política, entretanto, é uma atividade aberta a todos, sem inscrição e sem exclusivismo, e aí do povo em que dêle não participe a generalidade dos cidadãos prestantes. Classe política, em ciência política, só existe no sentido em que usa a expressão o professor romano Gaetano Mosca, partindo da verificação de que, através da História, sempre existiu uma "classe política" dirigente, responsável por um sistema de idéias que serve de base às instituições políticas e que exprime o ideal social correspondente ("Fórmula política").

Essa concepção envolve a idéia de mobilidade e mudança da classe política, que não se estratifica em pessoas determinadas, mas antes deve mover-se e mudar na medida em que se altera a fórmula política. A idéia aí se torna aparentada com a doutrina da "circulação das elites", posta em voga por outro ilustre italiano — Wilfredo Pareto, que teve a desventura de inspirar a doutrina fascista de Mussolini. De qualquer modo, verifica-se que é inútil tentar proscriver a classe política, que existe sempre, embora renovada pelo processo democrático eleitoral, em evolução vagarosa, ou pela aceleração das revoluções. O fenômeno está diante dos nossos olhos. Quem não vê que líderes parlamentares, representantes do povo, chefes locais, regionais e nacionais estão cedendo lugar a outras expressões do poder, como os militares, os técnicos e os empresários? Mas êstes passam, por sua vez, a constituir a classe política dirigente, a qual, assim, existe sempre. É inútil combatê-la como classe estratificada, porque a organização política reclama sempre a camada dirigente, ainda que seja "a nova classe" burocrática desligada do povo, cuja denúncia levou Djilas ao ostracismo na Iugoslávia.

Nada há a objetar contra a renovação. Mas é perigoso promovê-la de cima para baixo, porque então dela não participa o povo e a inspiração democrática fica esquecida, transformando a elite política que tôdas as nações civilizadas procuram aprimorar em burocracia politicamente irresponsável.

É êsse, sabidamente, um dos processos de erosão da democracia, e não podemos desejar que êle prevaleça no Brasil. E não prevalecerá, se se articularem dois fatores capazes de apurarem o sexto sentido revelador dos verdadeiros caminhos da democracia — O Presidente da República e os partidos políticos. Quanto a êstes, só poderão sobreviver útilmente nos quadros da legalidade democrática. Referindo-me particularmente ao meu partido, que ora se reorganiza, lembro os seus compromissos com a liberdade, para que nessa base êle possa prestar serviços ao regime democrático e à revolução que foi feita para garanti-lo. Quanto ao Presidente, êsse é o seu programa, anunciado principalmente no seu primeiro pronunciamento à Nação, recebido com tantas esperanças. Teve então o Presidente Médici a louvável franqueza de reconhecer que não vivemos ainda na plenitude do regime democrático, mas acrescentou que, no decurso de seu governo, essa plenitude seria alcançada. Suponho que a Nação inteira anseia por que assim seja e nes-

se sentido trabalhará. Mas, para ser assim, é preciso que, antes de tudo, se deixe livre a consciência dos cidadãos, porque, na bela definição de um pensador francês, a democracia é o reino das consciências.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando, para a de segunda-feira, à hora regimental, a seguinte

### ORDEM DO DIA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 21, DE 1969

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 21, de 1969, que suspende a vigência do item XX do art. 167 da Lei Estadual n.º 3.214, de 16 de outubro de 1964, do Estado de Minas Gerais (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer n.º 30, de 1969).

#### PARECER N.º 31, DE 1969

#### Da Comissão de Constituição e Justiça

Discussão, em turno único, do Parecer n.º 31, de 1969, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 204, de 1968 (n.º 306-B/67, na origem), que altera dispositivos do Código de Processo Civil. (Parecer no sentido de que seja sobrestada a matéria até a chegada da reforma do referido Código).

#### REQUERIMENTO N.º 41, DE 1969

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 41, de 1969, de autoria do Sr. Senador Flávio Brito, solicitando transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido a 3 do corrente mês, nesta Capital, pelo Senador Jarbas Passarinho, ao se investir no cargo de Ministro de Estado da Educação e Cultura.

#### PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 135, DE 1968

Discussão, em 1.º turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade nos termos dos artigos 265 e 265-A do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 135, de 1968, de autoria do Senador Mário Martins, que isenta de impostos federais, estaduais e municipais as cooperativas, nas transações entre os próprios cooperados, anistia as dívidas por impostos lançados desde 15 de março de 1967, e dá outras providências, tendo

PARECER sob n.º 29, de 1969, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Marinho)** — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 25 minutos.)

## ATA DAS COMISSÕES

### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### 1.ª Reunião, realizada em 5 de novembro de 1969

As 15 horas do dia 5 de novembro de 1969, na Sala das Comissões, sob a presidência do Sr. Argemiro de Figueiredo, presentes os Srs. José Leite, Leandro Maciel, Manoel Villaça, João Cleofas, Carvalho Pinto, José Ermirio, Fernando Corrêa, Pessoa de Queiroz, Mem de Sá, Júlio Leite, Sigefredo Pacheco, Mello Braga e Aurélio Vianna, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Clodomir Millet e Adolpho Franco.

Inicialmente, o Sr. Presidente declara instalada a Comissão de Finan-

ças para os trabalhos da 3.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura e, em seguida, concede a palavra ao Sr. José Leite que emite parecer favorável nos termos do substitutivo que apresenta ao Projeto de Lei do Senado n.º 105, de 1968, que inclui no Plano Rodoviário Nacional a Rodovia "Congonhas BR-135—Ouro Preto—BR-040 a "Estrada dos Inconfidentes".

O parecer proferido pelo Sr. José Leite é aprovado pela Comissão.

Prosseguindo, o Sr. Manoel Villaça lê parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara n.º 201, de 1968, que dispõe sobre a realização do VII Recenseamento Geral do Brasil, em 1970.

A Comissão aprova o parecer.

Continuando, o Sr. Manoel Villaça solicita que se transforme em reservada a presente reunião, no que é atendido pela presidência, que, após adotar as providências para que se verifique a reserva, passa a palavra ao solicitante que expõe, na ocasião, o assunto que deseja.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**  
Ata da 2.ª Reunião, extraordinária, realizada em 6 de novembro de 1969

Aos sete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e

nove, às quinze horas, na Sala das Comissões, presentes os Srs. Senadores Petrônio Portella — Presidente, Duarte Filho, Mello Braga e José Leite, reúne-se a Comissão de Legislação Social.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Domicio Gondim, Atílio Fontana, Júlio Leite e Josaphat Marinho.

Ao constatar a existência de número regimental, o Sr. Presidente abre os trabalhos e o Secretário lê a Ata da reunião anterior, que é aprovada sem discussão.

Ao Projeto de Lei da Câmara n.º 154, de 1968, que "equipara, aos segurados autônomos do INPS, os ministros de confissão religiosa e a membros de Congregação religiosa, de filiação facultativa, e dá outras providências", o Sr. Senador Duarte Filho oferece parecer no sentido de que seja ouvido preliminarmente o Ministério do Trabalho e Previdência Social sobre o Projeto. O referido parecer, pôsto em discussão e votação, é aprovado.

Ao Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1963, que estabelece o "direito do

empregado despedido sem justa causa, voltar ao trabalho, no caso de o empregador precisar contratar nôvo empregado", o Sr. Senador Mello Braga apresenta parecer pela rejeição do mesmo. Após ser discutido e votado, o parecer é aprovado.

Em seguida, o Sr. Senador José Leite oferece parecer pela rejeição, ao Projeto de Lei do Senado n.º 78, de 1968, que "proíbe a dispensa do empregado que haja reclamado, ou dado motivo a reclamação administrativa ou judicial". O parecer é aprovado, após ser submetido à discussão e votação.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, uma vez lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

2.<sup>a</sup> Reunião, extraordinária, realizada no dia 7 de novembro de 1969.

As 16,30 horas do dia 7 de novembro de 1969, na Sala das Comissões,

sob a presidência do Senhor Senador Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Clodomir Millet, Aloysio de Carvalho, Wilson Gonçalves, Bezerra Neto, Arnon de Mello, Antônio Carlos, Carlos Lindenberg e Edmundo Levi.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Balbino, Josaphat Marinho, Eurico Rezende e Petrônio Portella.

É aprovada a Ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente comunica que convocara a reunião para que se apreciase a Mensagem n.º 6/69 do Sr. Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor General-de-Exército Jurandyr de Bizarria Mamede, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar.

A sessão, de acôrdo com o Regimento, torna-se secreta.

Reaberta a sessão, e nada mais havendo a tratar, é encerrada, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## ATOS E DECRETOS-LEIS

ATOS INSTITUCIONAIS DE 1 a 4

ATOS COMPLEMENTARES DE 1 a 37

DECRETOS-LEIS N.ºs 319 a 347 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1967 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

1.º volume contendo 266 páginas — preço: NCr\$ 10,00

ATO INSTITUCIONAL N.º 5

ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 38 a 40

DECRETOS-LEIS N.ºs 348 a 409 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1968 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

2.º volume contendo 312 páginas — preço: NCr\$ 10,00

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 6 e 7

ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 41 a 50

DECRETOS-LEIS N.ºs 410 a 430 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

3.º volume contendo 302 páginas — preço: NCr\$ 10,00

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 8 e 9

ATO COMPLEMENTAR N.º 51

DECRETOS-LEIS N.ºs 481 a 563 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

4.º volume contendo 488 páginas — preço: NCr\$ 15,00

**NOTA:** Os pedidos devem ser endereçados, acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — Praça dos Três Poderes, Cx. Postal n.º 1.503 — Brasília — DF.

**POSTOS DE VENDAS DESTAS PUBLICAÇÕES:**

**EM BRASÍLIA**

LIVRARIA ELDORADO BRASÍLIA LTDA.

— SQS 305, lojas 12 e 13 — Telefone: 42-0605  
 — SQS 108, lojas 4 e 5 — Telefone: 42-4479  
 — Edifício Jockey Club — loja 1  
 — Caixa Postal n.º 2.153 — **Atendem-se pedidos pelo Reembolso Postal.**

LOJA DO LIVRO LTDA.

LIVRARIA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

— SQS 103, loja 6 — bloco C — Telefone: 42-9888  
 — SQS 309, lojas 3 e 4 — Telefone: 42-8596

**EM SÃO PAULO**

LIVRARIA SARAIVA LTDA.

CIA. EDITORA FORENSE

LIVRARIA JURÍDICA JOSÉ BUSHATSKY

— Rua José Bonifácio, 203 ZP 2  
 — (Livraria Forense) Largo São Francisco, 20  
 — Rua Riachuelo, 201 — 5.º andar

**NO RIO DE JANEIRO**

LIVRARIA FORENSE LTDA.

LIVRARIA SÃO JOSÉ

LIVRARIA DO SAGUÃO DO MINISTÉRIO DO  
 TRABALHO

— Avenida Erasmo Braga, 299  
 — Rua São José, 38  
 — Avenida Presidente Antônio Carlos, 251